

Cultura 21: Ações

GUIA

DE AUTO-AVALIAÇÃO



culture 21

Agenda 21 da cultura

CONTEXTO

Adotado pela organização mundial denominada “Cidades e Governos Locais Unidos” (adiante abreviadamente designada por CGLU) aquando da Cimeira da Cultura, que decorreu em Bilbao em Março de 2015, o documento intitulado “Cultura 21: Ações” constitui-se como o primeiro guia prático e operacional no que respeita ao papel da cultura em cidades sustentáveis.

“Cultura 21: Ações” é um documento elaborado para poder ser aplicável em qualquer região do mundo, de modo a permitir a concentração e a partilha de conhecimentos, a possibilitar o intercâmbio de boas práticas e, ainda, a promover uma rede global de cidades e governos locais comprometidos e que assumem a sua liderança nesta matéria.

“Cultura 21: Ações” complementa os princípios e as recomendações constantes do documento designado por “Agenda 21 para a Cultura” (2004), que estabelece a base para o trabalho da CGLU em matéria de política cultural e de desenvolvimento sustentável, procedendo igualmente à atualização de alguns temas endereçados no referido documento.

O capítulo principal da “Cultura 21: Ações”, que se intitula “Compromissos”, inclui 9 secções que traçam um mapa da dimensão cultural nas cidades sustentáveis e descrevem ações específicas que permitem conferir vitalidade a estas cidades. Além de conterem orientações políticas para os governos locais que aderiram à “Agenda 21 para a Cultura”, as 100 ações constantes dos “Compromissos” devem possibilitar a análise da respectiva relevância local, bem como uma implementação mais eficaz da “Agenda 21 para a Cultura”.

Com o objetivo de facilitar esta avaliação, a Comissão para a Cultura da CGLU elaborou este guia de auto- avaliação, que desenvolve as secções temáticas constantes da “Cultura 21: Ações”.

METODOLOGIA

Este documento visa permitir que as cidades envolvidas e que pretendem implementar a “Agenda 21 para a Cultura” desenvolvam os seus processos de autoavaliação, bem como a realização de exercícios de avaliação externos por cidadãos, peritos e observadores.

A implementação eficaz da “Cultura 21: Ações” deve basear-se na pluralidade de opiniões e de perspetivas, bem como no exercício, pelos cidadãos, dos seus direitos de participação, através da partilha em debates, avaliações e outros espaços de ação. Para este efeito, pode-se recorrer a diferentes metodologias, principalmente a debates para discussão, que permitam uma análise coletiva do estado das políticas culturais; ao acompanhamento externo por peritos ou organizações da sociedade civil, a avaliações temáticas centradas em determinadas seções da “Cultura 21: Ações”, etc. Em qualquer dos casos, a avaliação deverá sempre ser considerada uma parte do processo de aprendizagem e de aperfeiçoamento, que deverá ser complementada mediante a formulação de recomendações e de propostas e pela implementação de novas políticas e medidas. Além disso, esta é a metodologia utilizada pela Comissão para a Cultura da CGLU no contexto do programa “Cidades Piloto”.

Estes exercícios de avaliação devem ter em conta os diferentes órgãos do poder político e a forma como se relacionam entre si, bem como a distribuição das várias competências entre as instituições públicas. Muitas ações descritas na “Cultura 21: Ações” convocam os governos locais, enquanto outras se dirigem a organizações da sociedade civil e, outras ainda, dirão respeito ao setor privado.

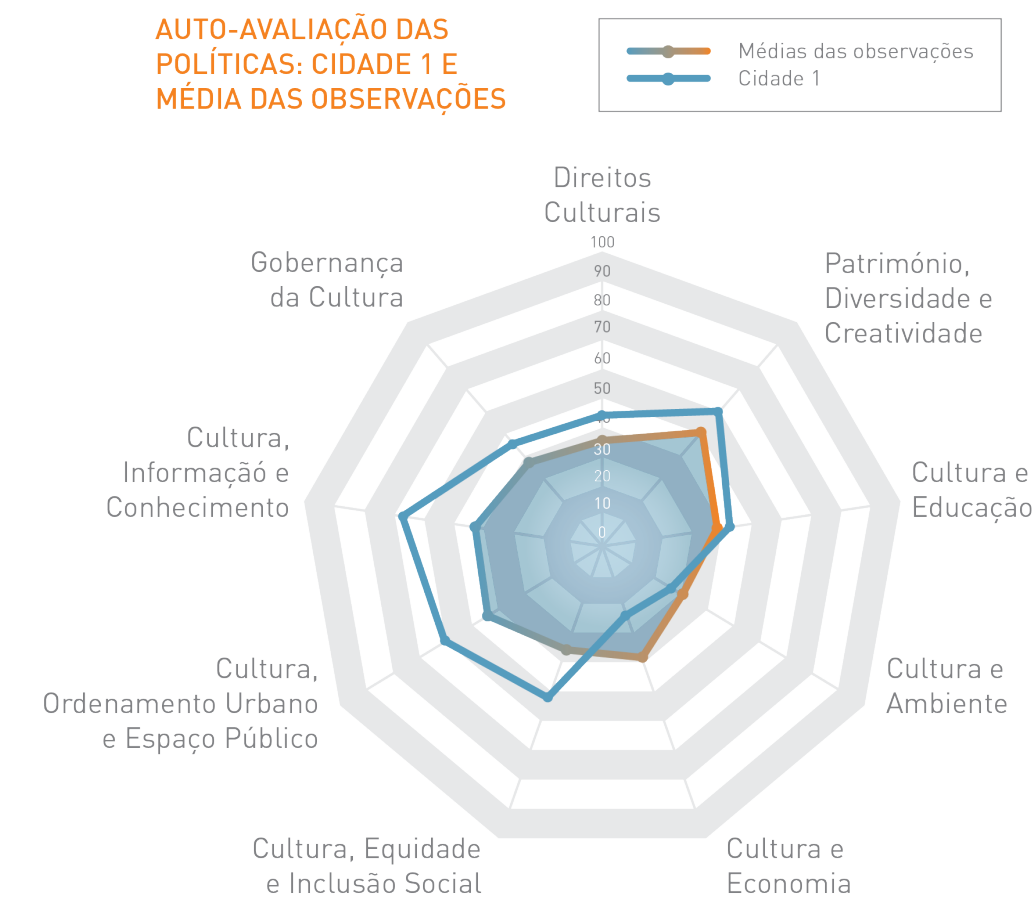
Por fim, as diversas recomendações gerais poderão ser interessantes para todas as pessoas envolvidas no processo de decisão política local, inclusivamente para outros órgãos do poder político. Ainda que o governo local não seja competente quanto a uma questão política específica, será importante que este proceda à avaliação da situação e formule comentários no documento de avaliação, quando necessário.

Este documento é composto por 9 tabelas temáticas, que decorrem das 9 seções que constituem os “Compromissos” da “Cultura 21: Ações”. Cada tabela reproduz, na coluna da esquerda, as ações descritas no documento original. Ao lado, as três colunas centrais descrevem três Estágios de desenvolvimento:

- Estágio **Emergente**: descrição dos contextos de determinada ação, que ainda não foi implementada, ou em que apenas as primeiras etapas tenham sido iniciadas.
- Estágio **em Desenvolvimento**: descrição dos contextos em que tenham sido adotadas determinadas medidas parciais ou ocasionais, mas não seja verdadeiramente possível considerar que existe uma política para a área em causa.
- Estágio **Avançado**: descrição dos contextos em que foram implementadas políticas e medidas coerentes com o disposto na “Cultura 21: Ações”.

Posicionar uma cidade num destes Estágio s raramente será uma tarefa fácil. É provável que as diferentes partes interessadas tenham opiniões divergentes relativamente a um determinado contexto. É ainda de salientar que a realidade das cidades é complexa, pelo que poderão coexistir diferentes Estágios de desenvolvimento, em função do localidade ou do bairro analisado, ou das organizações que intervenham numa determinada zona. O guia apresentado neste documento deve permitir um debate em que as diferentes perspetivas sejam apresentadas e discutidas, a partir do que os participantes deverão tentar chegar a um acordo. Os participantes devem ser encorajados a fundamentar a sua análise em dados e elementos concretos, para facilitar o debate e o consenso. A coluna mais à direita, intitulada “Observações”, permite a inclusão de comentários, matizes e informação complementar relativamente a cada uma das ações em discussão.

A soma dos resultados para cada ação resulta num número, que permitirá medir quantitativamente a concretização de cada Compromisso. Estes números são depois apresentados visualmente num diagrama em forma de estrela, também designado por ‘radar’, conforme se exemplifica a seguir.



Este número permite a análise do grau de concretização das ações propostas relativamente a cada um dos nove “Compromissos” da “Cultura 21: Ações”. Quanto maior o afastamento do centro do radar, maior o grau de alinhamento com as propostas constantes da “Cultura 21: Ações”. Graças a esta avaliação, as cidades poderão identificar as suas potencialidades e as suas fragilidades em diversas áreas da política cultural, proceder a uma comparação com a média das observações relativas a outras cidades e, com o passar do tempo, avaliar os progressos obtidos através da adoção de novas medidas e de alterações mais importantes.

A análise detalhada de cada “Compromisso” deverá igualmente fornecer informação qualitativa, que pode ser recolhida nas células que figuram no fim de cada tabela. Em especial, sugerem-se as questões seguintes:

- **Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:** As cidades podem incluir uma referência sumária a uma política, um programa ou projeto que exemplifique o efetivo desenvolvimento de uma ou mais ações constantes da “Cultura 21: Ações”. A Comissão para a Cultura da CGLU irá avaliar se as experiências mencionadas nesta sede deverão passar a integrar a base de dados de boas práticas da cultura no âmbito da Agenda 21, bem como ser posteriormente incluídas em exercícios para transferência de conhecimentos que envolvem diversas cidades.
- **Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?** A análise e a discussão coletivas das secções temáticas da “Cultura 21: Ações” devem permitir a formulação de propostas de aperfeiçoamento, baseadas na identificação de debilidades, bem como de experiências positivas que possam ser replicadas ou ampliadas. Portanto, este espaço corporiza a abordagem construtiva da “Cultura 21: Ações”, em que a avaliação é o primeiro passo dado em direção a medidas melhores. De igual modo, as medidas já programadas e relevantes para as necessidades identificadas, bem como as eventuais formações e iniciativas para o desenvolvimento de competências, de pessoas e organizações (p.ex. cursos de formação, troca de experiências, etc.), poderão igualmente ser incluídas nesta sede.
- **Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?** A parte final permite que as equipas locais sugiram outras ideias que tenham surgido do debate que envolve cada “Compromisso” ou seção temática mas que não estejam diretamente relacionadas com nenhuma das ações descritas na “Cultura 21: Ações”. A Comissão para a Cultura da CGLU reconhece que o regramento proposto pela “Cultura 21: Ações” ainda pode ser aperfeiçoado, pelo que agradece quaisquer comentários.

Este documento foi elaborado entre Fevereiro e Junho de 2015. Está permanente aberto a revisões, que permitam o seu aperfeiçoamento e garantam a sua utilidade para as cidades que pretendam utilizá-lo.

ÍNDICE

1. DIREITOS CULTURAIS	9
2. PATRIMÔNIO, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE	12
3. CULTURA E EDUCAÇÃO	17
4. CULTURA E AMBIENTE	21
5. CULTURA E ECONOMIA	25
6. CULTURA, EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL	28
7. CULTURA, ORDENAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO	32
8. CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	36
9. GOVERNANÇA DA CULTURA	40

1. DIREITOS CULTURAIS										
AÇÃO	ESTÁDIO EMERGENTE			ESTÁDIO DE DESENVOLVIMENTO			ESTÁDIO AVANÇADO			OBSERVAÇÕES
a) As políticas culturais locais baseiam-se explicitamente em direitos culturais.	Não existem referências a direitos culturais em quaisquer documentos de política cultural. Alguns representantes de autoridades públicas poderão ter ocasionalmente aludido aos mesmos e pode existir o objetivo de desenvolver mais esta matéria.			Existem referências políticas relevantes (p.ex.numa estratégia, nos discursos de altos decisores políticos, etc.) que identificam os direitos culturais como sendo uma fonte da legitimidade das políticas culturais, mas esta posição não está completamente integrada no conjunto das políticas existentes.			Existe um documento político ou legislativo fundamental que institui os direitos culturais como a base para as políticas culturais.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
b) A administração local adotou um texto orientador em matéria de direitos, liberdades e responsabilidades culturais.	A possibilidade de adotar uma Carta dos Direitos e Responsabilidades Culturais, ou documento equivalente, não foi considerada.			A necessidade de elaborar uma Carta dos Direitos e Responsabilidades Culturais foi identificada, ou está em curso a sua elaboração.			A administração local aprovou uma Carta Local garantindo respeito aos Direitos e Responsabilidades Culturais.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
c) A administração local adota medidas para promover a participação dos cidadãos, quer individualmente, quer enquanto representantes de grupos da sociedade civil, relativamente à definição de prioridades, à tomada de decisões, e à avaliação de políticas culturais.	Não existem espaços para a discussão pública no que diz respeito a políticas culturais locais, que envolvam os cidadãos, quer individualmente, ou enquanto representantes de grupos da sociedade civil.			Existem debates ocasionais sobre política cultural (p.ex.conferências, congressos, etc.), mas não existem espaços ou oportunidades permanentes para participar no ciclo político completo, desde a definição de prioridades até à avaliação; ou, os espaços participativos existentes no que diz respeito à tomada de decisões e à avaliação não representam todos os grupos da sociedade.			Existem alguns espaços (um Conselho Cultural, fóruns deliberativos, espaços consultivos, orçamentos participativos, etc.) que tornam possível a participação dos cidadãos, quer individualmente, quer através de grupos organizados (associações, sindicatos, etc.), no que diz respeito à definição de prioridades para as políticas culturais, à tomada de decisões, à sua implementação e avaliação.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
d) Existem níveis mínimos de serviço para garantia de serviços culturais básicos (por exemplo, um número mínimo de bibliotecas/livros por habitante)	O fornecimento de serviços culturais básicos e o planeamento de infraestruturas culturais não levam em consideração os direitos culturais, nem critérios baseados na demografia (número de habitantes por área) ou na distância (proximidade dos serviços).			No planeamento de infraestruturas e no fornecimento de serviços culturais são considerados determinados critérios gerais no que diz respeito à igualdade no acesso, e à igualdade na distribuição de recursos em toda a região.			Existem níveis mínimos de serviço para garantia de serviços culturais básicos em todas as áreas da política cultural, que levam em consideração critérios baseados na demografia (número de habitantes por área), na distância (proximidade dos serviços), e noutros fatores (acessibilidade, etc.), os quais servem de base à tomada de decisões em matéria de política cultural.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	

1. DIREITOS CULTURAIS									
e) Foram realizadas análises detalhadas aos obstáculos existentes ao acesso e à participação dos cidadãos na vida cultural.	Os obstáculos existentes ao acesso e à participação dos cidadãos na vida cultural não foram analisados. Contudo, os funcionários das organizações e instalações culturais reconhecem implicitamente a existência de dificuldades notáveis			Foram ocasionalmente analisados ou discutidos alguns dos fatores que impedem o acesso e a participação na vida cultural, e estes foram tomados em consideração na concepção das políticas.			Os fatores que tornam difícil a participação e o acesso à vida cultural para determinados grupos da população são analisados regularmente e servem de base para a concepção e a avaliação das políticas e das medidas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) Existem políticas e programas que visam o envolvimento mais amplo e mais ativo dos cidadãos nas práticas culturais e na criação cultural.	Não foram adotadas quaisquer medidas relativamente à ampliação e à diversificação do acesso, para todos os cidadãos, a recursos em relação à criação e à produção culturais.			Existem iniciativas ocasionais ou parciais com vista a ampliar e a diversificar as oportunidades de participação na vida cultural, com ênfase específico em processos ativos de criação e produção culturais. Existe, contudo, uma forte vontade de promover o acesso dos cidadãos ao consumo cultural (visita de exposições, concertos, espetáculos).			Existem políticas e programas que visam fomentar, numa base permanente, a participação de todos os cidadãos nas práticas culturais, especialmente em papéis ativos de criação e produção culturais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
g) As políticas culturais permitem que as pessoas tenham acesso a, e transmitam, as suas próprias expressões culturais, prestando-se uma atenção especial aos indivíduos e grupos mais vulneráveis.	A concepção e a implementação de políticas culturais não identifica quaisquer grupos ou comunidades vulneráveis.			Foram implementados determinados programas destinados a indivíduos e grupos vulneráveis, mas esta situação não constitui uma abordagem permanente e/ou não foram considerados todos os grupos e comunidades vulneráveis.			Os documentos oficiais da política cultural local incluem, entre as suas prioridades, a identificação explícita de alguns grupos vulneráveis. Existem programas que lhes são destinados especificamente e mecanismos para a avaliação dos resultados atingidos.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
h) Aumentar as oportunidades para a participação das mulheres na vida cultural é um dos objetivos das políticas culturais e foram tomadas medidas para eliminar a discriminação em razão do gênero.	Não existem referências à ampliação das oportunidades para a participação das mulheres na vida cultural, nem ao combate contra a discriminação em razão do gênero na vida cultural.			Existe o reconhecimento implícito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participarem na vida cultural, mas isso não se refletiu em medidas específicas. Foram ocasionalmente realizadas determinadas atividades para ampliar as oportunidades de participação das mulheres na vida cultural, e para combater a discriminação em razão do gênero, mas estas não se			Os documentos principais da política cultural explicitamente indicam a necessidade de ampliar as oportunidades de participação das mulheres na vida cultural e foram implementados programas para esse efeito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

1. DIREITOS CULTURAIS									
i) As organizações locais da sociedade civil que trabalham no âmbito dos direitos humanos explicitamente incluem os direitos culturais entre as suas prioridades.	Não existem organizações da sociedade civil, nem organizações de direitos humanos; ou as que existem não incluem os direitos culturais entre as suas prioridades.			As organizações da sociedade civil com atividade no âmbito dos direitos humanos lidam ocasionalmente com a questão dos direitos culturais; ou apenas algumas delas o fazem numa base regular.			As principais organizações da sociedade civil com atividade no âmbito dos direitos humanos e/ou as plataformas e federações em que estas se associam incluem explicitamente os direitos culturais entre as suas prioridades.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Existem políticas e programas para aumentar o número de membros ativos em organizações da sociedade civil dedicadas à cultura	Não existem organizações da sociedade civil dedicadas à cultura, ou não existem medidas específicas para ampliar o seu alcance e o número dos seus membros.			Algumas organizações da sociedade civil que se dedicam à cultura (associações, fundações, organizações não governamentais, sindicatos, etc.) desenvolveram atividades que visam ampliar e diversificar o seu alcance e o número dos seus membros.			Existem políticas e programas para aumentar o número de membros ativos em organizações da sociedade civil dedicadas à cultura (associações, fundações, organizações não governamentais, sindicatos, etc.).		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?									
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?									

2. PATRIMÔNIO, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE									
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO EM DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO		
a) A organização da administração local inclui um departamento, área ou entidade encarregada das políticas culturais e dos aspetos culturais de outras políticas públicas.	Na organização da administração local não existe nenhum departamento, área ou entidade com competência para as políticas culturais. Em resultado desta situação, as iniciativas em relação à cultura podem ser implementadas por diferentes departamentos ou órgãos (p.ex. os responsáveis pela educação ou pelo turismo) e não existe uma distribuição clara das funções.			Na estrutura da administração local existe um departamento, área ou entidade com competência para as políticas culturais, as quais representam apenas uma pequena parte das suas responsabilidades globais; não foram criados canais adequados para permitir a este departamento, área ou entidade gerir a sua relação com as outras áreas da política local (p.ex. educação, inclusão social e desenvolvimento económico).			Existe um departamento, área ou entidade na administração local com competência para as políticas culturais que também faz a gestão da relação desta com as outras áreas da política local (p.ex. educação, inclusão social e desenvolvimento económico).		
b) A administração local tem um orçamento específico para a cultura que é adequado às suas responsabilidades culturais, bem como aos padrões de referência nacionais e internacionais. Este orçamento deve ser adequado a permitir o desenvolvimento sustentável da vida cultural local. Uma parte significativa do orçamento alocado à cultura deve ser destinado à investigação, ao desenvolvimento e à inovação no setor cultural.	O orçamento alocado à cultura é muito limitado, demasiadamente instável ou insuficiente para lidar com as necessidades e as prioridades identificadas. Este facto impede a participação em áreas como a investigação e a inovação na cultura. A maior parte dos recursos dedicados à cultura estão focados no património cultural ou na manutenção de instalações culturais públicas.			O orçamento alocado à cultura é insuficiente ou demasiadamente instável para dar resposta às suas responsabilidades e para permitir o desenvolvimento sustentável da vida cultural. Questões como a investigação, o desenvolvimento e a inovação no setor cultural são endereçadas ocasionalmente (p.ex. sob a forma de projetos piloto, ou por determinadas organizações que canalizam o financiamento público que recebem para estas áreas), mas em geral são consideradas menos importantes do que outras prioridades.			É alocado um orçamento adequado para as políticas culturais, alinhado com os objetivos e prioridades estabelecidas e de acordo com os padrões de referência nacionais e internacionais. Uma parte significativa deste orçamento é destinada à investigação, ao desenvolvimento e à inovação culturais.		

2. PATRIMÔNIO, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE									
c) A administração local apoia a existência e a facilidade no acesso a diferentes instalações, espaços e locais dedicados à formação, criação e produção da cultura, como por exemplo, incubadoras de projetos, fábricas e laboratórios de arte, etc.	As políticas culturais da administração local prestam uma atenção reduzida à formação, criação e produção no que diz respeito a novas formas de arte e de expressão cultural originárias da cidade ou região.			A administração local adotou determinados mecanismos para apoiar a formação, a criação e a produção culturais; contudo, estes são insuficientes para responder às solicitações existentes ou às necessidades identificadas; ou, só foram iniciados alguns processos (p.ex. formação) ou determinadas disciplinas artísticas.			A administração local proporciona formação, criação e produção respeitante a novas formas de arte e de expressão cultural, ou apoia as organizações e os espaços direcionados para esse efeito, mediante a existência de um leque diversificado de mecanismos de apoio, adequados a diferentes disciplinas artísticas.		
d) A administração local promove a celebração de eventos culturais que visam encorajar a criação artística e promover o contato entre diferentes grupos sociais.	A administração local não promove eventos culturais públicos de divulgação cultural (festivais, marchas, concursos, etc.).			A administração local promove determinados eventos culturais públicos; contudo a criação artística local assume uma dimensão limitada nos mesmos; ou determinados aspectos que dizem respeito à acessibilidade (p.ex. preço, local, segurança, transporte, etc.) impedem que estes eventos se transformem em pontos de encontro para os diferentes grupos sociais.			Os programas de âmbito cultural concebidos pela administração local incluem a organização de eventos culturais públicos de divulgação cultural (festivais, marchas, concursos, etc.) que visam, explicitamente, permitir a exposição da criação artística da cidade e fomentar o encontro entre os diferentes grupos sociais.		
e) Existem políticas e programas para promover a excelência através de uma relação de proximidade e de interação com os cidadãos e as suas iniciativas.	A administração local, e/ou outros agentes culturais, não assumem como objetivo o de promover, através de atividades participativas (p.ex. museus, teatros, bibliotecas, etc.), a existência de uma relação de proximidade entre todos os cidadãos e os artistas e principais instituições culturais da cidade. Contudo, existe uma vontade emergente de promover a colaboração neste âmbito, e já estão previstas atividades deste tipo.			A administração local ou outros agentes culturais implementaram ocasionalmente determinadas atividades participativas que permitem relacionar os artistas e as principais instituições culturais da cidade com os cidadãos, sendo prestada uma especial atenção a determinados bairros ou grupos sociais. Contudo, estas iniciativas não correspondem a uma política permanente.			Existem políticas e programas permanentes para promover a existência de uma relação de proximidade entre os cidadãos e os artistas e as principais instituições culturais da cidade, mediante atividades realizadas em locais diversificados e de acordo com metodologias variadas, que visam fomentar a participação ativa e continuada dos diferentes grupos sociais (p.ex. laboratórios, cursos, <i>workshops</i> , etc.).		

2. PATRIMÔNIO, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE									
f) Existem políticas e programas que encorajam explicitamente o reconhecimento mútuo da diversidade de formas de expressão cultural e dos projetos interculturais.	O reconhecimento da diversidade e a promoção da interculturalidade não constituem objetivos explícitos das políticas e programas culturais locais.			Determinadas políticas e programas da administração local ou de outros intervenientes tomam em consideração a diversidade de expressões culturais e promovem as relações interculturais, entre as diversas expressões e identidades; contudo, não existe um regramento permanente, ou estas iniciativas não têm um impacto significativo na abordagem ainda tradicional das políticas e programas.			As políticas e os programas da administração local reconhecem a diversidade de expressões culturais como uma das suas prioridades e visam garantir o reconhecimento da diversidade local e promover as relações interculturais, entre as diversas expressões e identidades.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
g) Existem políticas e programas para a proteção e promoção da diversidade linguística, especificamente no que se refere às línguas de minorias e minoritárias.	Não existem medidas em relação ao reconhecimento da diversidade linguística, ou não é especialmente levada em consideração a existência das línguas de minorias e minoritárias, nem a respectiva proteção ou proteção. Contudo, determinados decisores públicos ou membros de organizações culturais podem estar cientes da necessidade de endereçar esta questão.			A administração local reconhece a diversidade linguística da cidade e desenvolveu determinadas iniciativas neste âmbito; contudo, não existem medidas permanentes no referido âmbito, ou não é especialmente tomada em consideração a existência das línguas de minorias e minoritárias.			A administração local reconhece a diversidade linguística da cidade e adotou medidas para fomentar a proteção das línguas de minorias e minoritárias, em especial aquelas com raízes históricas locais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
h) Existem políticas de apoio às artes, tendo em atenção a existência de diferentes disciplinas.	As políticas culturais apoiam o desenvolvimento de algumas áreas artísticas (bolsas para artistas, algumas iniciativas na educação para as artes, etc.), mas não existem documentos escritos (políticas, estratégias, etc.) que estabeleçam princípios e explicitem os objetivos para esta área.			Foram adotados determinados planos ou medidas de apoio às artes no quadro das políticas culturais locais; contudo, não existem análises exaustivas, ou não foram desenvolvidos mecanismos de apoio em relação a todos os processos, desde a formação, criatividade, produção, distribuição e acesso, e nem todas as disciplinas artísticas foram contempladas.			No quadro das políticas culturais locais foram adotadas estratégias para apoiar as artes, que incluem medidas em relação à formação, criatividade, produção, distribuição e acesso, tendo sido abrangidas todas as disciplinas artísticas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) Existem políticas relativas à proteção do património cultural, em todas as suas dimensões, quer tangíveis, quer intangíveis.	A administração local adotou determinadas medidas em relação à proteção do património cultural, principalmente do património Imaterial. Contudo, estas medidas revelaram-se insuficientes para garantir a respectiva salvaguarda. Não existem medidas em relação ao património intangível.			Foram adotadas estratégias e medidas em relação à proteção do património cultural, material e imaterial, mas estas são visivelmente insuficientes na prática, p.ex. no que diz respeito à identificação, proteção e exploração sustentável do património existente, relativamente a todo ou parte do património.			Foram adotadas estratégias em relação à proteção do património cultural, material e imaterial, incluindo para a efetiva identificação, proteção e exploração sustentável. Foram estabelecidos níveis de proteção e de gestão adaptados a cada elemento ou categoria de elementos.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

2. PATRIMÓNIO, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE									
j) Existem políticas e programas respeitantes à cultura científica, em parceria com organizações da sociedade civil, agentes privados, instituições culturais e centros de formação. Estes programas devem ser sensíveis às interações entre a cultura científica, a arte, a história local e a vida cotidiana.	Não existem programas relacionados à cultura científica, nem à interação desta com outras áreas da vida cultural, da história local e da vida cotidiana.			Foram desenvolvidas determinadas atividades relacionadas à cultura científica e à respectiva interação com as artes, a história local e a vida quotidiana.			Existem políticas e programas dedicados à cultura científica, que exploram as suas interações com as artes, a história local e a vida cotidiana, que permitem criar uma relação entre a administração local, as organizações locais da sociedade civil, os agentes privados, as instituições culturais e os centros de formação.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
k) Os produtos culturais locais têm uma presença significativa e equilibrada nas atividades culturais da cidade, quando globalmente consideradas.	A oferta cultural da cidade (instalações, eventos, <i>media</i> , etc.) proporciona um espaço limitado para a produção e a criação artísticas locais; esta situação tem origem na disponibilidade reduzida ou na falta de qualidade dos referidos produtos; ou é causada por outros aspetos relacionados com o enquadramento político e a divulgação. Esta circunstância pode originar conflitos e tensões com os agentes na cena cultural.			A oferta cultural da cidade (instalações, eventos, <i>media</i> , etc.) não proporciona um espaço suficiente para a produção e a criação artísticas locais; ou este espaço existe mas foram identificadas debilidades relativas à visibilidade de determinadas disciplinas artísticas, ou à representatividade em determinados canais de divulgação.			A oferta cultural da cidade (instalações, eventos, <i>media</i> , etc.) proporciona um espaço suficiente para a produção e a criação artísticas locais, adequado às capacidades existentes e à diversidade local. Não se percebem conflitos ou tensões relevantes neste âmbito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
l) Existem programas internacionais de cooperação cultural relacionados à vida cultural local, que prestam uma especial atenção à proteção e à promoção da diversidade cultural.	Não existem programas estáveis relacionados à cooperação cultural internacional.			Existem determinadas oportunidades para a participação em programas de cooperação cultural internacional, financiados pela administração local e por outros agentes, públicos ou privados. Contudo, não existem mecanismos permanentes; ou, os existentes, não são adequados em face dos objetivos relacionados à diversidade das formas de expressão cultural, e às necessidades específicas de mobilidade dos profissionais da cultura e das obras provenientes de países em vias de desenvolvimento, ou que representam formas de expressão cultural minoritárias ou ameaçadas.			Existem programas de cooperação cultural internacional, que proporcionam oportunidades, quer aos agentes culturais locais de se deslocarem ao estrangeiro, quer à cidade de acolher manifestações culturais de outros países. Estes programas prestam uma atenção especial à mobilidade dos profissionais da cultura e das obras provenientes de países em vias de desenvolvimento, ou que representam formas de expressão cultural minoritárias ou ameaçadas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

2. PATRIMÔNIO, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE	
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:	
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?	
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?	

3. CULTURA E EDUCAÇÃO										
AÇÃO	ESTÁDIO EMERGENTE			ESTÁDIO DE DESENVOLVIMENTO			ESTÁDIO AVANÇADO			OBSERVAÇÕES
a) As estratégias educativas e de formação valorizam adequadamente os recursos culturais locais.	As estratégias e as prioridades em todos os graus de educação, incluindo a educação de adultos e a formação continuada, têm dificuldade em reconhecer o contexto cultural local (identidades, linguagens, expressões, patrimônio material e imaterial, artes, instalações culturais, etc.).			As estratégias e as prioridades em todos os graus de educação, incluindo a educação de adultos e a formação continuada, incluem determinadas referências ao contexto cultural local; contudo, é possível identificar deficiências significativas, no que diz respeito a determinados campos e setores.			As estratégias e as prioridades em todos os graus de educação, incluindo a educação de adultos e a formação continuada, integram adequadamente o contexto cultural local (identidades, linguagens, expressões, patrimônio material e imaterial, artes, instalações culturais, etc.). Não se identificam conflitos ou deficiências relevantes neste âmbito.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
b) A administração local adotou uma estratégia local que associa a política educativa à política cultural.	Não existem documentos ou medidas da administração local que associem a política educativa à política cultural e, na prática, estas duas esferas operam de forma independente.			A administração local desenvolveu determinadas iniciativas para associar a política educativa à política cultural mas não existe uma estratégia permanente ou comum.			Existe uma estratégia local aprovada pela administração local para associar a política educativa à política cultural, a qual inclui objetivos comuns, recursos adequados, coordenação e metodologias de avaliação.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
c) Existe uma plataforma ou rede local que associa os agentes públicos e privados no campo da cultura, da educação e da formação continuada.	Não existem quadros comuns ou interconexões entre os agentes públicos e privados no campo da cultura, educação e da formação continuada.			Existem determinadas alianças e parcerias, de curto prazo ou setoriais, entre os agentes públicos e privados no campo da cultura, educação e da formação continuada; contudo, não existe um enquadramento estável; ou não estão envolvidos todos os agentes relevantes, ou um grupo significativamente representativo destes.			Existe uma plataforma local ou uma rede local que promove a interconexão entre os agentes públicos e privados no campo da cultura, educação e da formação continuada, de forma regular e estável.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
d) As instituições culturais que recebem apoios públicos proporcionam atividades educativas em ambientes formais e informais, e dedicam às referidas atividades uma parte significativa do seu orçamento.	Em termos gerais, as instituições culturais que recebem apoios públicos não proporcionam atividades educativas ou de formação para o público em geral e para as escolas; ou fazem apenas ocasionalmente e/ou para um grupo limitado de beneficiários.			Determinadas instituições culturais que recebem apoios públicos proporcionam regularmente atividades educativas em ambientes formais e informais, e as suas atividades obtêm um reconhecimento generalizado. Contudo, nem todas as instituições culturais que recebem apoios públicos estão envolvidas.			As instituições culturais que recebem apoios públicos proporcionam atividades educativas em ambientes formais e informais, e dedicam às referidas atividades uma parte significativa do seu orçamento, o que acontece quer em virtude da iniciativa das mesmas, quer porque a obtenção de financiamento público assim o exige.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	

3. CULTURA E EDUCAÇÃO									
e) Existem processos para a partilha de informação respeitante ao acesso a atividades culturais e a oportunidades de educação cultural, como por exemplo, através de portais em linha, centros de informação, etc.	Existem poucas oportunidades de obter educação cultural; ou, não existem canais adequados de informação ou de divulgação das oportunidades existentes.			Determinadas atividades e oportunidades de educação cultural são divulgadas adequadamente e conseguem aproximar-se dos públicos relevantes; contudo, podem ser identificadas algumas debilidades, no que respeita à disseminação de outras oportunidades e, em geral, no que se refere à informação sobre oportunidades de educação cultural.			Existem processos para a partilha de informação respeitante ao acesso a atividades culturais e a oportunidades de educação cultural, como por exemplo, através de portais em linha, centros de informação, etc.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) O currículo dos alunos do ensino primário e secundário inclui a aquisição de aptidões culturais e de conhecimento em relação ao diálogo intercultural e ao reconhecimento do valor da diversidade, da criatividade, do património, material e imaterial, e de ferramentas digitais .	O currículo dos alunos do ensino primário e secundário não inclui a aquisição de aptidões e de conhecimento culturais. Os professores não recebem formação nestas áreas.			O currículo dos alunos do ensino primário e secundário inclui a aquisição de determinadas aptidões e conhecimento culturais em relação ao diálogo intercultural e ao reconhecimento do valor da diversidade, da criatividade, do património, material e imaterial, e de ferramentas digitais. Contudo, nem todas as necessidades e disciplinas que se pretende abranger são entereçadas satisfatoriamente.			O currículo dos alunos do ensino primário e secundário inclui a aquisição de um leque vasto e diversificado de aptidões culturais e de conhecimentos em relação ao diálogo intercultural e ao reconhecimento do valor da diversidade, da criatividade, do património, material e imaterial, e de ferramentas digitais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
g) As escolas e os centros educativos, as associações e os agentes económicos participam em atividades de criação cultural, de distribuição e de mediação, que incluem desde residências para artistas a projetos mais abrangentes, designadamente como a formação para a criatividade.	Os centros de educação, formal e informal, as instituições de formação, as associações e os agentes económicos organizam muito raramente atividades que envolvam artistas ou agentes e organizações culturais.			São ocasionalmente desenvolvidas determinadas parcerias que associam os artistas, os agentes e as organizações culturais, a outros agentes da esfera educativa e social (centros de educação formal e informal, instituições de formação, associações e agentes económicos, etc.), que possibilitam que as atividades culturais ocorram em contextos diversificados e que promovem a participação cultural; contudo, não existem esquemas permanentes e o alcance e a visibilidade destas iniciativas são insuficientes.			Existem diversos esquemas que possibilitam que os centros de educação, formal e informal, as instituições de formação, as associações e os agentes económicos e outras organizações sociais desenvolvam atividades, em que estão implicados os artistas, os agentes e as organizações culturais (criação cultural, distribuição e mediação), para a promoção da formação para a criatividade e na criação de outras relações com a vida cultural.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

3. CULTURA E EDUCAÇÃO									
h) Todas as escolas, em todos os níveis de ensino, proporcionam uma educação artística, na qual se incluem principalmente música, artes visuais, artes performativas, e artes multimédia, entre outras disciplinas; este tipo de educação é acessível a todas as pessoas independente da idade, do nível socioeconómico e do contexto cultural.	Não existem centros educativos artísticos locais; ou os existentes são limitados quer no que diz respeito à qualidade, disciplinas artísticas e graus de ensino, quer relativamente à respectiva capacidade de dar resposta à procura e às necessidades existentes. Existe a vontade de melhorar esta oferta.			Existe uma oferta local de educação artística em diversas disciplinas; contudo, é possível identificar algumas deficiências no que diz respeito à qualidade, à disponibilidade para determinados níveis de formação, e à acessibilidade para determinadas pessoas ou grupos (p.ex.devido ao preço, ao local, etc.).			Existe uma oferta local de educação artística em diversas disciplinas (as escolas e os centros educativos ensinam música, artes visuais, artes performativas, e artes multimédia, etc.) que abrange todos os níveis de formação e é acessível a todas as pessoas independente da idade, do nível socioeconómico e do contexto cultural. Não se identificam problemas relevantes no que diz respeito à qualidade, disponibilidade e acessibilidade, quanto a estas atividades.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) É disponibilizada localmente formação em gestão cultural e em políticas culturais, no âmbito da qual é atribuído especial relevo a uma abordagem abrangente dos fatores culturais do desenvolvimento humano.	Não existem oportunidades de formação no âmbito da gestão cultural e das políticas culturais, nem na cidade nem em zonas limítrofes.			Existem determinados cursos de formação no âmbito da gestão cultural e das políticas culturais ministrados numa base ocasional, os quais incluem uma abordagem abrangente dos fatores culturais do desenvolvimento humano; ou, existe formação permanente, embora na mesma os fatores culturais do desenvolvimento humano não sejam abordados satisfatoriamente.			Na cidade e/ou nas suas zonas limítrofes existem universidades ou outros centros de formação que disponibilizam uma oferta regular e estável de formação no âmbito da gestão cultural e das políticas culturais, a qual atribui especial relevo a uma abordagem abrangente dos fatores culturais do desenvolvimento humano.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
j) Os direitos culturais, da mesma forma que os direitos humanos em geral, estão abrangidos por programas educativos e são incluídos nas atividades de formação no setor cultural.	Os programas de educação, quer formal, quer informal, e as atividades de formação no setor cultural não incluem formação relativa aos direitos humanos ou, quando esta formação existe, os programas não abrangem os direitos culturais.			Existem determinados programas educativos e atividades de formação no setor cultural, que incluem formação relativa aos direitos humanos e aos direitos culturais; contudo, é possível identificar algumas deficiências no que diz respeito ao respectivo alcance, e ao entendimento dado pelos agentes do setor cultural aos direitos culturais.			Os programas de educação, quer formal, quer informal, e as atividades de formação no setor cultural incluem formação relativa aos direitos humanos, a qual abrange os direitos culturais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

3. CULTURA E EDUCAÇÃO	
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:	
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?	
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?	

4. CULTURA E AMBIENTE										
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO EM DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO			OBSERVAÇÕES
a) Os fatores culturais, como, designadamente o conhecimento, as tradições e as práticas de todas as pessoas e comunidades, fazem parte integrante das estratégias locais de sustentabilidade ambiental.	Não existem estratégias locais de sustentabilidade ambiental, ou medidas significativas neste âmbito; ou as que existem não se relacionam a fatores culturais. Contudo, determinados representantes das autoridades públicas poderão estar cientes da necessidade de colmatar esta			Existem estratégias locais de sustentabilidade ambiental, ou as medidas existentes neste âmbito incluem determinadas referências a fatores culturais; contudo, existem deficiências visíveis no que diz respeito ao seu alcance efetivo e implementação prática.			As estratégias locais de sustentabilidade ambiental existentes contemplam os fatores culturais e incluem todos os agentes culturais, bem como o conhecimento, as tradições e as práticas de todas as pessoas e comunidades. Esta abordagem conduziu à implementação de medidas específicas.			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
b) As políticas culturais locais reconhecem explicitamente as relações entre a cultura e a sustentabilidade ambiental (p.ex.preocupações com mudanças climáticas, resiliência, prevenção de riscos, utilização sustentável de recursos, e o aumento da consciencialização acerca da riqueza e fragilidade dos ecossistemas)	Na concepção das políticas culturais, nos programas existentes e nas medidas adotadas até a presente data não se encontram quaisquer referências a aspectos relativos à sustentabilidade ambiental (p.ex.preocupações com mudanças climáticas, resiliência, prevenção de riscos, utilização sustentável de recursos, e o aumento da consciencialização acerca da riqueza e fragilidade dos ecossistemas).			Os mais altos representantes e órgãos políticos competentes relacionados com a política cultural reconhecem a relação entre a cultura e a sustentabilidade ambiental e foram ocasionalmente adotadas determinadas medidas; contudo, nos documentos políticos relevantes não existem referências a esta concepção, nem às suas diversas implicações.			Os documentos oficiais de política cultural referem-se à interconexão entre a cultura e a sustentabilidade ambiental; esta abordagem conduziu à implementação de programas e de medidas específicas.			
		1	2	3	4	5	6	7	8	
c) Existe um grupo de trabalho ou uma equipe operacional que articula a atividade dos departamentos da administração local encarregados da cultura e do ambiente.	Na administração local não existem departamentos encarregados da cultura ou do ambiente; ou, no caso de existirem, não foram estabelecidos quaisquer mecanismos de coordenação entre si.			Os departamentos da administração local encarregados da cultura ou do ambiente reúnem-se ocasionalmente; ou implementaram ocasionalmente algumas atividades conjuntas; contudo, não existem mecanismos formais para uma colaboração regular.			Existe um grupo de trabalho ou uma equipe operacional que articula a atividade dos departamentos da administração local encarregados da cultura e do ambiente.			
		1	2	3	4	5	6	7	8	
d) A história e a cultura fazem parte integrante das diretrizes orientadoras, que se referem à promoção da produção sustentável e do consumo de produtos locais.	Não existem diretrizes orientadoras relativas à promoção da produção e do consumo sustentáveis; ou, no caso de existirem, não reconhecem os produtos locais, nem os fatores relacionados com a história e a cultura.			Existem determinadas iniciativas que promovem o reconhecimento dos produtos locais e dos fatores relacionados com a história e a cultura locais, no que se refere à promoção da produção e do consumo sustentáveis; contudo, estes ainda não são suficientemente conhecidos e divulgados.			Os programas adotados pela administração local para aumentar a consciencialização relativamente à produção e ao consumo sustentáveis, e as medidas aprovadas por outros intervenientes neste campo, permitem o reconhecimento dos produtos locais e dos fatores relacionados com a história e a cultura locais, de um modo que influencia a produção e o consumo.			
		1	2	3	4	5	6	7	8	

4. CULTURA E AMBIENTE									
e) A gastronomia baseada na utilização de produtos locais é considerada um elemento constitutivo da cultura local.	A gastronomia não está incluída nas definições predominantes de cultura local, e em termos gerais, não existe um reconhecimento da importância dos produtos locais.			A gastronomia está integrada, completa ou parcialmente, na concepção da cultura local, sendo apresentada nessa qualidade nos documentos publicados pela administração local ou por outros agentes relevantes na vida cultural local; contudo, é prestada pouca atenção ao papel desempenhado pelos produtos locais.			A concepção de cultura local, conforme é apresentada nos documentos publicados pela administração local ou por outros agentes relevantes na vida cultural local, integra a gastronomia e salienta a importância do papel desempenhado pelos produtos locais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) A administração local desenvolve iniciativas para promover e fomentar iniciativas para a utilização sustentável dos espaços públicos pelos cidadãos, especialmente as que se relacionam com as novas formas de jardinagem, e outros exemplos de inovação socio-ecológica.	Não é possível identificar campanhas ou medidas no que se refere à utilização sustentável dos espaços públicos pelos cidadãos; não existem debates em relação ao papel das novas formas de jardinagem, e outros exemplos de inovação socio-ecológica na promoção de espaços sustentáveis. Contudo, existem reflexões incipientes entre os representantes das autoridades públicas e outros agentes da sociedade civil, relativamente à necessidade de abordar estas questões.			Existem determinadas iniciativas em relação à utilização sustentável dos espaços públicos pelos cidadãos; contudo, estas não têm visibilidade suficiente e não recebem apoios da administração local.			A administração local desenvolveu iniciativas para promover e fomentar iniciativas para a utilização sustentável dos espaços públicos pelos cidadãos, especialmente as que se relacionam com as novas formas de jardinagem, e outros exemplos de inovação socio-ecológica.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
g) A administração local estabelece programas para preservar e divulgar os conhecimentos e as práticas tradicionais que contribuem para uma utilização sustentável dos recursos naturais.	A administração local não promoveu programas em relação à utilização sustentável dos recursos naturais; ou, caso estes existem, não integram referências aos conhecimentos e práticas tradicionais.			Não foi realizada a identificação completa dos conhecimentos e das práticas tradicionais que contribuem para uma utilização sustentável dos recursos naturais. Os programas em relação à utilização sustentável dos recursos naturais incluem determinadas referências aos conhecimentos e práticas tradicionais; no entanto, existe a consciência de que a integração atual ainda é incompleta e que a interação existente entre estes dois aspetos deveria ser melhor compreendida.			Os conhecimentos e as práticas tradicionais que contribuem para uma utilização sustentável dos recursos naturais estão identificados A administração local promoveu programas que visam a respetiva preservação e divulgação. Estes programas estão implementados e recebem os recursos adequados para o efeito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

4. CULTURA E AMBIENTE									
h) A administração local reconhece a importância cultural dos espaços naturais através de programas específicos.	Não existem medidas que permitam relacionar os espaços naturais com a respetiva dimensão cultural.			Não foram identificados valores, símbolos e dimensões culturais associados aos espaços naturais. Os espaços naturais são utilizados ocasionalmente para a realização de determinadas atividades culturais; ou existem algumas medidas ocasionais que permitem relacionar estas áreas; contudo, não existem programas permanentes neste âmbito.			A administração local estabeleceu programas específicos para o reconhecimento da importância cultural dos espaços naturais aos quais foram alocados os recursos adequados. Esta situação implicou, principalmente, a identificação e a descrição dos valores, símbolos e dimensões culturais associados aos espaços naturais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) As organizações culturais que recebem apoios públicos avaliam o respetivo impacto ambiental e desenvolvem atividades de ampliação da consciência ecológica.	Não existem quaisquer debates ou discussões relacionados ao impacto ambiental das organizações culturais, ou relativamente ao papel que estas desempenham na ampliação da consciência ecológica.			Determinadas organizações culturais que recebem apoios públicos avaliaram o respetivo impacto ambiental ou desenvolveram atividades que visam ampliar a consciência ecológica; contudo, não existem diretrizes ou obrigações para orientação do trabalho nesta área e a experiência neste âmbito ainda é limitada.			São disponibilizadas orientações às organizações culturais que recebem apoios públicos que lhes permitem avaliar o respetivo impacto ambiental e que são utilizadas regularmente. Estas implementam igualmente e de forma regular atividades que visam ampliar a consciencialização acerca de aspectos ecológicos e de preservação ambiental.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
j) Existem plataformas de associação entre os agentes públicos e as organizações da sociedade civil que desenvolvem a sua atividade nas áreas da cultura e do ambiente.	Não existem organizações cuja atividade integre a relação entre a cultura e o ambiente; ou, as que existem, desenvolvem a sua atividade de forma isolada.			Existe uma colaboração ocasional entre determinadas organizações, tanto públicas, privadas como da sociedade civil, que desenvolvem a sua atividade nas áreas da cultura e do ambiente; contudo, não existem plataformas ou espaços para o debate regular que envolvam todas as organizações existentes.			Existem plataformas ou espaços para o debate regular que permitem uma associação entre as diversas organizações, tanto públicas, privadas como da sociedade civil, que desenvolvem a sua atividade nas áreas da cultura e do ambiente.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									

4. CULTURA E AMBIENTE	
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?	
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?	

5. CULTURA E ECONOMIA									
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO EM DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO		
a) As estratégias de desenvolvimento local levam em consideração a economia da cultura e trabalham em conjunto com aqueles que nela participam para garantirem que a economia da cultura se transforme num setor econômico chave da cidade ou região.	As estratégias de desenvolvimento local não consideram a economia cultural como um fator de desenvolvimento econômico local. Existe meramente um conhecimento implícito de determinados representantes da administração local, ou de outros agentes, nos setores econômico e cultural, quanto à necessidade de abordar esta questão.			As estratégias de desenvolvimento local incluem referências à cultura mas não são suficientemente sensíveis às especificidades do setor cultural em termos econômicos; existe um diálogo limitado entre os órgãos com competências relativas ao desenvolvimento econômico e os agentes do setor cultural.			As estratégias de desenvolvimento local reconhecem a cultura como um fator de desenvolvimento econômico e levam em consideração as especificidades do setor cultural em termos econômicos; existe um trabalho conjunto entre todos aqueles que nela participam para garantia de que a economia da cultura se transforme num setor econômico chave da cidade ou		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
b) Os contributos para a economia local provenientes dos setores culturais público, privado e civil são analisados regularmente, designadamente no que respeita ao seu impacto direto e indireto na criação de riqueza e de emprego.	Não existem mecanismos que permitam avaliar qual a contribuição econômica dos agentes culturais para a economia local.			Existem estudos ou relatórios parciais, realizados no passado recente, relativamente à contribuição econômica dos agentes culturais; contudo, não estão disponíveis mecanismos permanentes e abrangentes que permitam fazer a avaliação do leque diversificado dos impactos econômicos do setor cultural.			Existe coleta de informação e há sistemas de análise adequados, que permitem a quantificação da contribuição econômica dos agentes culturais (públicos, privados e civis), principalmente no que diz respeito ao seu impacto direto e indireto na criação de riqueza e de emprego.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
c) As condições contratuais e salariais das pessoas que trabalham no setor cultural são garantidas pela legislação, onde se inclui igualmente o reconhecimento de direitos de autor e direitos conexos.	Não existe legislação, local, regional ou nacional, que estabeleça garantias quanto a condições contratuais e salariais adequadas para as pessoas que trabalham no setor cultural; a legislação não reconhece os direitos de autor e direitos conexos. Existe a consciência da necessidade de abordar estas questões, mas estamos aguardando adoção de novas medidas.			Existe legislação, local, regional ou nacional, que estabelece garantias quanto a condições contratuais e salariais adequadas para as pessoas que trabalham no setor cultural e a legislação reconhece os direitos de autor e direitos conexos. Contudo, a legislação é frequentemente desrespeitada, o que causa determinados conflitos.			Existe legislação, local, regional ou nacional, que estabelece garantias quanto a condições contratuais e salariais adequadas para as pessoas que trabalham no setor cultural e a legislação reconhece os direitos de autor e direitos conexos. Não se identificam problemas relevantes neste âmbito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
d) Existe informação e formação relativamente a direitos de autor, a modelos de produção partilhada e a novos sistemas de distribuição.	Não existem espaços ocasionais ou permanentes que disponibilizem informação e formação no que diz respeito a direitos de autor ou a modelos econômicos referentes à produção partilhada e a novos sistemas de distribuição. Foi identificada a necessidade de criar esquemas de informação e de formação neste âmbito.			Foi disponibilizada ocasionalmente informação e formação no que diz respeito a direitos de autor ou a modelos econômicos referentes à produção partilhada e a novos sistemas de distribuição; contudo, não existe uma oferta regular e as fontes de informação disponíveis não abarcam todas as			Existem determinados espaços de informação e de formação, criados pela administração local, pela sociedade civil, ou por outros agentes, relativamente a direitos de autor, a modelos de produção partilhada e a novos sistemas de distribuição.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

5. CULTURA E ECONOMIA									
e) Os programas de empregabilidade abrangem os conhecimentos e as capacidades culturais.	Em termos gerais, os programas de empregabilidade não abrangem os conhecimentos e as capacidades culturais.			Determinados programas de empregabilidade passaram a incluir referências a conhecimentos e as capacidades culturais; são, contudo, iniciativas ocasionais e não repre-sentam as iniciativas de empregabilidade predominantes.			Os programas de empregabilidade abrangem os conhecimentos e as capacidades culturais, numa base permanente e bem estruturada.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) Existem diversos mecanismos de financiamento para projetos culturais com fins lucrativos, como microcréditos, capital de risco, e programas de patrocínio.	Não existem mecanismos financeiros relevantes que respondam às necessidades específicas dos projetos culturais com fins lucrativos. Determinados representantes da administração local ou da comunidade económica e/ou cultural estão cientes da necessidade de criar novos esquemas			Existem determinados esquemas públicos e/ou privados de financiamento (p.ex. patrocínios económicos e benfeitores individuais) que estão direcionados para projetos culturais com fins lucrativos. Contudo, a oferta existente não é suficiente, em termos de qualidade e/ou quantidade, para dar resposta à diversidade de projetos que existem nesta área.			Existem diversificados esquemas públicos e/ou privados de financiamento (p.ex. microcréditos, capital de risco, e programas de patrocínio, etc.) para projetos culturais com fins lucrativos, que respondem às especificidades dos projetos nesta área. Não se identificam deficiências relevantes neste âmbito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
g) A administração local promove programas económicos públicos e/ou mistos que promovem o aumento das contribuições e/ou do envolvimento de voluntários em benefício de projetos culturais	A administração local não adotou quaisquer medidas em relação à criação de programas económicos públicos e/ou mistos que incrementem as contribuições a favor de (p.ex. <i>crowdfunding</i>), ou aumentem o envolvimento de voluntários em projetos culturais			A administração local contempla a possibilidade de promover as doações e/ou o voluntariado em benefício de projetos culturais; contudo, não foram adotadas quaisquer medidas neste âmbito, ou estas apenas existiram ocasionalmente ou para casos particulares.			A administração local promove diretamente ou concede incentivos para a criação de programas económicos públicos e/ou mistos que incrementem as contribuições a favor de (p.ex. <i>crowdfunding</i>), ou aumentem o envolvimento de voluntários em projetos culturais		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
h) Existem formas de associação entre as pessoas com atividade nos setores económico e cultural, por exemplo através de estágios, ou outros sistemas de inovação e transferência de conhecimento.	Não existem formas de associação relevantes entre as pessoas com atividade nos setores económico e cultural.			Determinados agentes dos setores económico e cultural associam-se para explorarem áreas de interesse comum que não se reconduzam ao financiamento (p.ex. para debater a promoção da criatividade e da inovação); mas as experiências conjuntas e a margem de entendimento comum permanecem limitadas.			Existem parcerias regulares entre as pessoas com atividade nos setores económico e cultural que visam fomentar a inovação, formar para a criatividade, e a transferência de conhecimentos, p.ex. através de estágios para artistas em empresas privadas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) Existe um reconhecimento do valor da manutenção do comércio tradicional e das artes artesanais (incluindo o desenvolvimento da inovação, quando necessário e/ou aplicável).	As estratégias de desenvolvimento existentes não incluem referências ao comércio tradicional (p.ex. artesanato, formas de produção artesanais, etc.). A sustentabilidade destas atividades está fortemente ameaçada.			Existe alguma consciencialização da importância económica e cultural das formas tradicionais de comércio; contudo, é escassa a importância que lhes é atribuída pelas estratégias de desenvolvimento económico.			As estratégias de desenvolvimento económico reconhecem o valor da manutenção das formas tradicionais de comércio, que dispõem de espaço adequado para se atualizarem e para integrarem inovação.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

5. CULTURA E ECONOMIA									
j) O modelo local de turismo é sustentável, bem distribuído geograficamente pela região, está associado às comunidades locais e interage com os ecossistemas culturais.	O modelo local de turismo não leva em consideração os seus impactos no desenvolvimento (principalmente no que diz respeito ao ambiente, aos habitantes locais ou aos fatores culturais) ou na cultura local e, no longo prazo, este modelo não parece ser sustentável.			Existe alguma consciencialização relativamente à necessidade de criar um modelo para o turismo que garanta a sustentabilidade ambiental, social e cultural; existem determinadas medidas ocasionais neste âmbito. Contudo, estas medidas abrangem apenas uma minoria, entre todas as atividades turísticas.			O modelo local de turismo procura alcançar a sustentabilidade, está ciente da necessidade de equilibrar a distribuição regional, a participação das comunidades locais e os relacionamentos positivos com os agentes, as atividades e as instalações culturais, reconhecendo o valor respectivo e a necessidade da sua preservação.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
k) Os programas empresariais de responsabilidade social explicitamente incluem projetos no âmbito da cultura e interagem com os valores culturais da população e da cultura local.	As empresas não criaram programas de responsabilidade social; ou, caso estes existam, não há exemplos que incluam referências explícitas a aspetos culturais.			Determinadas empresas incluem expressamente nos seus programas de responsabilidade social certos tópicos e projetos culturais, ou os valores culturais da população e da cultura locais; contudo, não se trata de uma tendência generalizada			Os programas de responsabilidade social da maioria das empresas ativas nesta área incluem referências explícitas a aspectos e projetos culturais, interagem com os valores culturais da população e da cultura local e agem em conformidade		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
l) As organizações empresariais locais, como as câmaras de comércio, tem políticas e programas especificamente culturais.	As organizações empresariais locais, como as câmaras de comércio, não têm qualquer intervenção no âmbito cultural.			As organizações empresariais locais, ou uma parte destas, incluindo as câmaras de comércio e confederações empresariais, estão cientes da relevância do setor cultural; contudo, esta situação conduziu apenas à realização de algumas iniciativas, pequenas e incipientes, pelo que não se pode considerar que existe uma tendência significativa ou permanente.			As organizações empresariais locais, como as câmaras de comércio, tem políticas e programas especificamente culturais e os seus membros são ativos neste âmbito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?									
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?									

6. CULTURA, EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL									
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO		
a) As políticas sociais nas áreas da saúde, do emprego, da segurança social e da inclusão integram a cultura como uma dimensão que permite combater a discriminação, seja de que tipo for.	As estratégias sociais da administração local nas áreas da saúde, do emprego, da segurança social e da inclusão não fazem quaisquer referências a aspetos culturais. Contudo, determinados representantes da administração local estão cientes da necessidade de abordar esta dimensão.			As estratégias sociais da administração local nas áreas da saúde, do emprego, da segurança social e da inclusão, ou algumas medidas delas constantes integram referências específicas à cultura como um fator de inclusão, de participação e de combate à discriminação, seja de que tipo for. Contudo, esta integração é apenas parcial e existe falta de recursos para permitir a sua implementação efetiva.			As estratégias sociais da administração local nas áreas da saúde, do emprego, da segurança social e da inclusão, integram referências específicas à cultura como um fator de inclusão, de participação e de combate à discriminação, seja de que tipo for. Existem recursos adequados que permitem a sua implementação.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
b) Deve existir uma análise regular dos fatores que determinam a vulnerabilidade cultural de determinados indivíduos e/ou grupos, no quadro dos processos que envolvem diretamente estes grupos ou indivíduos.	Não existe uma identificação ou análise dos indivíduos e/ou grupos potencialmente vulneráveis devido a fatores étnicos, linguísticos, religiosos, ou similares. Contudo, determinados representantes da administração local estão conscientes destes aspetos mas não existe o seu reconhecimento geral, nem foram adotadas medidas específicas.			Existe o reconhecimento implícito dos indivíduos e/ou grupos potencialmente vulneráveis devido a fatores étnicos, linguísticos, religiosos, ou similares; esta situação é considerada em determinadas políticas e programas sociais. Contudo, não existe uma análise regular respeitante às condições e aos efeitos desta situação.			Os indivíduos e/ou grupos potencialmente vulneráveis devido a fatores étnicos, linguísticos, religiosos, ou similares foram identificados e as suas condições são regularmente monitorizadas. Os processos neste âmbito implicam a participação ativa dos indivíduos e comunidades em causa.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
c) Existe uma análise regular da relação entre o bem-estar pessoal, a saúde e a existência de práticas culturais ativas.	A relação entre o bem-estar pessoal, a saúde e a existência de práticas culturais ativas não é reconhecida e/ou nunca foi analisada.			Existe um reconhecimento implícito da relação entre o bem-estar pessoal, a saúde e a existência de práticas culturais ativas, tendo sido desenvolvidas algumas experiências que visam a promoção desta relação; contudo, são deficientes os mecanismos regulares que permitem o regramento das políticas e das estratégias.			Existem mecanismos regulares para analisar a relação entre o bem-estar pessoal, a saúde e a existência de práticas culturais ativas, que permitem a avaliação da evolução do bem-estar dos cidadãos a partir da sua participação em atividades culturais. Estas análises são utilizadas na concepção, implementação e avaliação das políticas de saúde e de segurança social.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

6. CULTURA, EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL									
d) Existem programas para aumentar os conhecimentos e as capacidades dos profissionais dos serviços e das organizações sociais que lhes permitem aperfeiçoar a capacidade de identificar e enfrentar os fatores culturais que impedem as pessoas de aceder aos serviços públicos.	Os programas de capacitação para os profissionais dos serviços e das organizações sociais (públicos, privados e civis) não incluem referências aparentes a fatores culturais, enquanto fatores que impedem as pessoas de acessar os serviços públicos.			Determinadas atividades de capacitação dos profissionais dos serviços e das organizações sociais (públicos, privados e civis) tiveram como objetivo melhorar a capacidade destes para identificar e enfrentar os fatores culturais que impedem as pessoas de acessar os serviços públicos (v.g. fatores culturais que influenciam o acesso a serviços de saúde, aspectos interculturais relativos à inclusão social, etc.); contudo, são apenas projetos piloto ou atividades ocasionais, pelo que não se pode considerar que existe uma abordagem generalizada.			Existe um programa de capacitação para os profissionais dos serviços e das organizações sociais (públicos, privados e civis) que lhes permite aperfeiçoar a capacidade de identificar e enfrentar os fatores culturais que impedem as pessoas de acessar os serviços públicos.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
e) A administração local dedica uma parte do seu orçamento e dos recursos públicos a promover ativamente a participação das mulheres em atividades e organizações culturais, que visam, em especial, as pessoas com perfis mais destacados ou em cargos superiores e visa, igualmente, valorizar, promover e aumentar a visibilidade e o estatuto das atividades culturais que, predominantemente, já são realizadas por mulheres.	Em termos gerais, não é prestada uma atenção especial à promoção da participação das mulheres nas atividades e organizações culturais. Contudo, determinados representantes da administração local e da sociedade civil estão conscientes da necessidade de explorar e promover esta questão.			Foram ocasionalmente adotadas medidas para promover a participação das mulheres na vida cultural. Existem determinados espaços que prestam especial atenção às atividades culturais em que a maioria dos participantes é constituída por mulheres. Contudo, não existe uma estratégia coesa e exaustiva neste âmbito.			A administração local dedica uma parte do seu orçamento e dos recursos públicos a promover ativamente a participação das mulheres em atividades e organizações culturais, que visam, em especial, as pessoas com perfis mais destacados ou em cargos superiores, e procura valorizar, promover e aumentar a visibilidade e o estatuto das atividades culturais que, predominantemente, já são realizadas por mulheres.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) As instituições culturais que recebem apoios públicos desenvolvem programas que incluem os grupos mais desfavorecidos, os quais são realizados em bairros com elevados níveis de pobreza e de exclusão social.	Por norma, as instituições culturais que recebem apoios públicos não tendem a desenvolver programas que incluem os grupos desfavorecidos, nem a estar ativas em bairros com elevados níveis de pobreza e de exclusão social. Contudo, existem reflexões incipientes a respeito da necessidade de trabalhar neste campo.			Quer por sua própria iniciativa, ou impulsionadas pela administração local ou outros agentes, determinadas, instituições culturais desenvolvem programas que incluem os grupos mais desfavorecidos e/ou estão ativas em bairros com elevados níveis de pobreza e de exclusão social. Contudo, esta situação não abrange todas as instituições culturais que recebem apoios públicos.			Por sua própria iniciativa, ou enquanto condição para a obtenção de financiamento público, as instituições culturais que recebem apoios públicos desenvolvem programas que incluem os grupos mais desfavorecidos, que são realizados em bairros com elevados níveis de pobreza e de exclusão social.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

6. CULTURA, EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL									
g) Já foram tomadas providências para garantia de que as instalações e os espaços culturais são acessíveis a todos, incluindo as pessoas com deficiências.	A concepção e o regular funcionamento das instalações e dos espaços culturais não tomam em consideração as questões da acessibilidade. As pessoas com deficiências enfrentam desafios significativos no acesso à maioria destes espaços. Existe a consciencialização da necessidade de lidar com esta situação.			Determinadas instalações e espaços culturais tomaram medidas para melhorar a acessibilidade. Contudo, são apenas medidas parciais, que não abrangem todos os espaços e instalações culturais. Não existe uma regulamentação comum neste âmbito. As pessoas com deficiências enfrentam algumas dificuldades no acesso a alguns espaços e instalações culturais.			Foram tomadas medidas para garantir que as instalações e os espaços culturais são acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiências. Em consequência, neste momento, a acessibilidade não constitui um desafio.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
h) As estratégias locais de resolução de conflitos tomam em consideração e reconhecem o potencial da cultura.	Não existem estratégias locais de resolução de conflitos; ou, caso existam, não integram a dimensão cultural.			As estratégias locais de resolução de conflitos incluem algumas referências a aspetos culturais, mas não parecem reconhecer suficientemente o potencial dos fatores culturais para a resolução de conflitos; ou, este não é suficientemente aplicado na prática.			As estratégias da administração local no âmbito da resolução de conflitos integram a dimensão cultural e reconhecem o potencial dos fatores culturais como um elemento que pode contribuir para a resolução de conflitos. Na prática, esta situação inclui medidas e atividades específicas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) Existem programas para promover a cooperação inter-geracional.	Não existem programas para promover a cooperação inter-geracional através de atividades culturais no âmbito das políticas culturais, nem das políticas sociais (p.ex. nas áreas da saúde, emprego, assistência social e inclusão). Contudo, algumas práticas existentes na sociedade integram este tipo de colaboração.			Existem determinadas iniciativas que visam fomentar a cooperação inter-geracional nas atividades culturais, mas estas assumem geralmente a forma de projetos-piloto ou têm um âmbito limitado, e não existe qualquer garantia de continuidade ou permanência.			As políticas culturais e sociais (p.ex. nas áreas da saúde, emprego, assistência social e inclusão) integram programas permanentes para fomentar a cooperação inter-geracional nas atividades culturais, designadamente através de transferência de conhecimento e a concepção de projetos em conjunto.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
j) Existem programas de inovação cultural para jovens, que promovem a inclusão social, o conhecimento de códigos culturais, de ambientes digitais e a igualdade de gênero.	Não foi possível identificar a existência de programas especialmente focados na inovação cultural dirigidos aos jovens. Contudo, existe o objetivo, ainda que incipiente, de abordar esta lacuna.			Existem determinadas iniciativas sobre inovação cultural dirigidas aos jovens, cujo alcance social é reduzido e que não abordam as questões da inclusão social ou da igualdade de gênero.			Existem programas de inovação cultural para jovens, que promovem a inclusão social, o conhecimento de códigos culturais, de ambientes digitais e a igualdade de gênero. Na prática, estas iniciativas contribuem para a participação cultural de jovens em risco de exclusão.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

6. CULTURA, EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL									
k) Existe uma plataforma local ou uma rede de associações, cooperativas ou organizações de economia social que desenvolvem atividades relativas à relação entre a cultura, a igualdade e a inclusão social.	Não existem associações, cooperativas ou organizações de economia social que desenvolvam atividades relativas à relação entre a cultura, a igualdade e a inclusão social ou, no caso de existirem são débeis e não parece existir qualquer colaboração entre as mesmas.			Determinadas associações, cooperativas ou organizações de economia social que desenvolvem atividades relativas à relação entre a cultura, a igualdade e a inclusão social colaboram entre si ocasionalmente, ou numa base permanente, mas estas não representam todas as organizações relevantes e, sobretudo, é ainda necessário criar um espaço estável que permita o diálogo e o intercâmbio.			Existe uma plataforma local ou uma rede de associações, cooperativas ou organizações de economia social que desenvolvem atividades relativas à relação entre a cultura, a igualdade e a inclusão social.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
l) As organizações da sociedade civil desenvolvem campanhas para aumentar a consciencialização, para questões tais como a promoção da diversidade cultural, o diálogo intercultural e o antirracismo, com o apoio das instituições públicas e das organizações culturais.	De uma forma geral, as organizações locais da sociedade civil não desenvolveram campanhas para aumentar a consciencialização sobre questões que relacionam as agendas sociais com as agendas culturais, como, notadamente, a promoção da diversidade cultural, o diálogo intercultural e o antirracismo.			Determinadas organizações locais da sociedade civil já desenvolveram campanhas para aumentar a consciencialização sobre questões que relacionam as agendas sociais e culturais (v.g. a promoção da diversidade cultural, o diálogo intercultural e o antirracismo) com o apoio das instituições públicas e das organizações culturais. Contudo, são iniciativas ocasionais e minoritárias com impacto limitado.			As organizações locais da sociedade civil desenvolvem, regularmente e de forma estruturada, campanhas para aumentar a consciencialização sobre questões que relacionam as agendas sociais e culturais (v.g. a promoção da diversidade cultural, o diálogo intercultural e o antirracismo) e, para esse efeito, contam com o apoio das instituições públicas e das organizações culturais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?									
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?									

7. CULTURA, PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO											
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO			OBSERVAÇÕES	
a) Os planos urbanísticos locais e os planos locais de ordenamento do território reconhecem expressamente a importância das questões e dos recursos culturais.	Os planos urbanísticos locais e os planos locais de ordenamento do território não incluem referências expressas a questões e/ou a recursos culturais.			Os planos urbanísticos locais e os planos locais de ordenamento do território incluem algumas referências a determinadas questões ou a recursos (p.ex. locais históricos) mas não existe o reconhecimento completo de todos os aspetos culturais e não existe uma adequada alocação de recursos a esta matéria.			Os planos urbanísticos locais e os planos locais de ordenamento do território reconhecem expressamente a importância das questões e dos recursos culturais; prestando -se atenção à respectiva proteção, utilização, acessibilidade e exploração, e os recursos necessários são alocados conformidade.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
b) Foi desenvolvido um guia de referência sobre “avaliações do impacto cultural” para utilização quotidiana nas políticas urbanísticas e existe um programa de formação para apoiar a respectiva utilização.	Não existem mecanismos que permitam avaliar o impacto cultural potencial dos programas e das medidas urbanísticas.			Existe a consciencialização da necessidade de avaliar o impacto cultural das medidas urbanísticas e, ocasionalmente, determinados projetos foram condicionados por esta razão. Contudo, não existe qualquer documento exaustivo e permanente nesta matéria, nem existe o reconhecimento por parte de todos os agentes que gerem as políticas de desenvolvimento urbanístico da necessidade de avaliar o correspondente impacto cultural.			Existe um guia de referência sobre as “avaliações do impacto cultural” que é regularmente utilizado nas políticas urbanísticas (p.ex. antes do lançamento de projetos locais com potencial impacto na esfera cultural) e existe um programa de formação para apoiar a respectiva utilização.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
c) A administração local mantém um inventário do património natural e cultural da cidade e/ou da região, tangível e intangível, e, consequentemente estabeleceu mecanismos para a respectiva preservação e conservação, de acordo com padrões de referência internacionais.	Não existe um inventário atualizado do património natural e cultural da cidade e/ou da região, o que prejudica a respectiva preservação e conservação. Os representantes das autoridades públicas estão conscientes da situação e adotaram medidas para iniciar um inventário dos bens que integram este património.			A administração local mantém um inventário, total o u parcial, do património natural e cultural da cidade e/ou da região, material e imaterial, mas não existem mecanismos para a respectiva preservação e conservação, de acordo com padrões de referência internacionais, ou, caso existam, combrem apenas determinados bens e não existe uma adequada alocação de recursos para a respectiva implementação.			A administração local mantém um inventário do património natural e cultural da cidade e/ou da região, material e imaterial, e, consequentemente estabeleceu mecanismos para a respectiva preservação e conservação, de acordo com padrões de referência internacionais.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
d) A administração local adota medidas para promover o papel da cultura na renovação dos centros históricos e nos planos para o desenvolvimento de bairros, de freguesias e regiões.	Os planos para a renovação de centros históricos e os planos para o desenvolvimento de bairros, de freguesias e regiões são raros e/ou não costumam ter em consideração o papel da cultura como um fator de desenvolvimento.			A administração local adotou medidas para promover o papel da cultura na renovação de determinados centros históricos em determinados planos para o desenvolvimento de bairros, de freguesias e regiões. Na realidade, contudo, a integração que existe é limitada e de reduzida visibilidade. Existe a consciencialização de que devem ser tomadas			A administração local adotou medidas para promover o papel da cultura na renovação dos centros históricos e nos planos para o desenvolvimento de bairros, de freguesias e regiões.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		

7. CULTURA, PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO											
e) As novas infraestruturas culturais são concebidas enquanto partes de um ecossistema cultural mais vasto e os respectivos impactos potenciais são tomados em consideração.	O planeamento de novas infraestruturas culturais em geral não leva em consideração a relação destas com o ecossistema cultural, no seu conjunto, nem os respectivos impactos potenciais neste ambiente.			O planeamento de determinadas novas infraestruturas culturais leva em consideração a relação destas com o ecossistema cultural, mas nem sempre isso acontece. Existem exemplos relevantes de novas infraestruturas que operam sem levar em consideração o ecossistema cultural local.			O planeamento de quaisquer novas infraestruturas culturais implica uma análise exaustiva do ecossistema cultural, no seu conjunto, e os impactos potenciais destas são adequadamente levados em consideração.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
f) As políticas da administração local recorrem explicitamente ao conceito de “paisagem”, que integra os aspectos naturais e os aspectos culturais do desenvolvimento.	Os documentos oficiais da administração local não contém quaisquer referências ao conceito de “paisagem”, entendido como dele fazendo parte os aspetos naturais e os aspetos culturais do desenvolvimento			Existem determinadas reflexões dentro da administração local relacionadas ao conceito de “paisagem”, o qual foi levado em consideração em determinados programas. Contudo, não existe uma abordagem sistemática e permanente, e não foram realizados quaisquer estudos descritivos das paisagens locais e dos valores que os cidadãos consideram associados a elas.			A administração local adotou determinados documentos relacionados ao conceito de paisagem entendido como dele fazendo parte os aspetos naturais e culturais, o que levou à implantação de medidas específicas, como por exemplo: estudos descritivos das paisagens locais e dos valores que os cidadãos consideram associados a elas, programas que fomentam a participação dos cidadãos na gestão da paisagem e planos integrados de gestão da paisagem que associam todos os setores sociais e todas as partes envolvidas com potencial impacto nas paisagens.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
g) A administração local reconhece que os espaços públicos, como as ruas, as praças e outras áreas na cidade constituem recursos chave para a interação e participação culturais.	Os documentos oficiais da administração local não contém quaisquer referências ao conceito de espaço público e à sua utilização para efeitos de interação e participação culturais. Existe somente, entre determinados representantes ou funcionários da administração pública envolvidos com os espaços e instalações culturais, uma consciencialização da relevância destes espaços			A administração local promove regularmente a celebração de atividades culturais em espaços públicos (v.g. festivais, mercados, marchas, etc.), mas não foi realizada uma reflexão aprofundada sobre esta questão, que não está refletida nos documentos oficiais. Existe alguma preocupação relativa à preservação de determinados espaços públicos enquanto recursos para a realização de atividades culturais.			A administração local reconhece que os espaços públicos como as ruas, as praças e outras áreas na cidade constituem recursos chave para a interação e participação culturais. Esta situação consta expressamente das estratégias e programas que visam fomentar a apropriação cultural do espaço público.				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		

7. CULTURA, PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO									
h) Existe um conjunto de espaços públicos que, em razão do seu simbolismo, são considerados bens públicos.	Não existe um inventário dos espaços que, em razão do seu simbolismo, sejam considerados bens públicos pelos cidadãos locais.			Existe um reconhecimento implícito de determinados espaços que, em razão do seu simbolismo, são considerados bens públicos pelos cidadãos locais. Esta situação motivou a adoção de medidas para a preservação, utilização social e exploração sustentável dos referidos espaços. Contudo, não existe um inventário, completo e detalhado, que implique automaticamente a existência de medidas de proteção para os espaços em causa.			Existe um inventário, completo e detalhado, dos espaços que, em razão do seu simbolismo, são considerados bens públicos. Este relatório foi elaborado através da consulta de cidadãos e/ou de organizações da sociedade civil e é utilizado nas medidas referentes à cultura e ao desenvolvimento urbano.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) Existem programas para promover e gerir o desenvolvimento e a conservação de obras de arte públicas.	Existem determinadas obras de arte públicas mas a respectiva conservação constitui um desafio e a administração local não adotou medidas para promover o seu desenvolvimento e conservação.			A administração local promove ocasionalmente a criação de novas obras de arte públicas. Contudo, não existem programas estruturados neste âmbito: os recursos públicos e privados para o desenvolvimento continuado e para a conservação da arte pública poderão ser deficientes.			A administração local estabeleceu programas que contribuem para o desenvolvimento e para a conservação da arte pública. Existe uma política que apoia a consistência das iniciativas neste âmbito, bem como a respectiva distribuição estratégica e equilibrada por toda a cidade. Não se identificam conflitos ou problemas relevantes neste âmbito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
j) Existem orientações e diretrizes arquitetónicas aplicáveis à renovação dos edifícios existentes e ao planeamento de edifícios novos e que defendem a utilização de técnicas de construção tradicionais.	Não existem orientações e diretrizes arquitetónicas aplicáveis à renovação dos edifícios existentes e ao planeamento de edifícios novos na cidade. Em consequência desta situação, o desenvolvimento urbano ocorre, em geral, de uma forma não integrada e que não respeita os fatores sociais e culturais.			Existe um consenso relativamente à necessidade de garantir a qualidade e a utilização de técnicas de construção tradicionais na renovação dos edifícios existentes e no planeamento de edifícios novos e determinados projetos são realizados em conformidade. Contudo, não existem orientações e diretrizes arquitetónicas aprovadas oficialmente e muitos projetos são executados sem que a respectiva consistência com o ambiente local seja tomada em consideração.			Existem orientações e diretrizes arquitetónicas que se aplicam à renovação dos edifícios existentes e ao planeamento de edifícios novos e que são baseadas na qualidade, na utilização de técnicas de construção tradicionais e na promoção de um modelo integrado, que está em consonância com os fatores culturais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

7. CULTURA, PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO									
k) As políticas de transportes urbanos e de mobilidade tomam em consideração o acesso dos cidadãos à vida cultural, sendo prestada uma especial atenção às pessoas que residem na periferia da cidade, às pessoas com bebés e crianças e às pessoas com outros obstáculos particulares no acesso à cultura.	As políticas de transportes urbanos e mobilidade são indiferentes ao acesso dos cidadãos à vida cultural. Determinados representantes ou agentes culturais debateram ocasionalmente esta questão.			Foram adotadas ocasionalmente medidas para facilitar o acesso dos cidadãos à vida cultural através da utilização de transportes públicos. Contudo, é possível identificar falhas significativas no que diz respeito a determinados bairros ou zonas, e existe a percepção de que as políticas de transportes urbanos e mobilidade e as políticas culturais poderiam estar mais bem integradas.			As políticas de transportes urbanos e de mobilidade levam em consideração o acesso dos cidadãos à vida cultural, sendo prestada uma especial atenção às pessoas que residem na periferia da cidade, às pessoas com criança de colo e às pessoas com outros obstáculos particulares no acesso à cultura.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
l) A administração local desenvolve políticas e programas que promovem a participação ativa das pessoas no planeamento urbano e no desenvolvimento regional, notadamente no que diz respeito ao urbanismo, arquitetura e à arte pública.	Não existem espaços que permitam a participação ativa dos cidadãos nas políticas respeitantes ao ordenamento urbano e ao desenvolvimento e planeamento regionais. Existe uma incipiente tomada de consciência da necessidade de criar mecanismos neste âmbito.			No contexto de determinadas iniciativas respeitantes ao ordenamento urbano e ao desenvolvimento e planeamento regionais (v.g. notadamente, quanto ao urbanismo, arquitetura e à arte pública), a administração local promoveu a participação ativa das comunidades envolvidas mas não existem espaços e/ou mecanismos, regulares e permanentes para a discussão e consulta da população quanto a estas questões.			Existem determinadas medidas adotadas pela administração local para promover a participação ativa dos cidadãos, de modo eficaz e regular, no planeamento urbano e no desenvolvimento regional notadamente no que diz respeito ao urbanismo, arquitetura e à arte pública. Determinados grupos e/ou organizações da sociedade civil estão visivelmente mobilizados para o aproveitamento destas oportunidades.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?									
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?									

8. CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO									
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO		
a) A legislação garante a liberdade de expressão, incluindo a de expressão artística, a liberdade de opinião, a liberdade de informação, o respeito pela diversidade cultural e o direito à privacidade.	A legislação garante a liberdade de expressão, incluindo a de expressão artística, a liberdade de opinião, a liberdade de informação, o respeito pela diversidade cultural e o direito à privacidade mas existem violações frequentes destas liberdades.			A legislação garante a liberdade de expressão, incluindo a de expressão artística, a liberdade de opinião, a liberdade de informação, o respeito pela diversidade cultural e o direito à privacidade. Contudo, foram identificados casos, embora não sistemáticos, de violação destas liberdades.			A legislação garante a liberdade de expressão, incluindo a de expressão artística, a liberdade de opinião, a liberdade de informação, o respeito pela diversidade cultural e o direito à privacidade. Na prática, não existem preocupações no que se refere ao respeito por estas libaerdades.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
b) Estão implementados mecanismos públicos e da sociedade civil para monitorizar estas liberdades.	Além de relatórios ocasionais produzidos por órgãos e/ou organizações internacionais, não existem mecanismos públicos, nem da sociedade civil para monitorizar estas liberdades.			Existem determinados mecanismos públicos e/ou da sociedade civil para monitorizar estas liberdades mas dispõem de recursos limitados e não foram capazes de intervir eficazmente quando necessário.			Estão implementados mecanismos públicos e da sociedade civil para monitorizar estas liberdades.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
c) Existem políticas que garantem o acesso à informação livre e plural, bem como medidas para garantir que a informação é veiculada de forma a promover o direito à participação dos cidadãos na vida cultural.	Podem identificar-se deficiências significativas no que respeita à liberdade e ao pluralismo dos meios de comunicação social. Não existem políticas neste âmbito, ou caso existam, não são eficazes. O ambiente informativo praticamente não toma em consideração a vida cultural, nem contribui para promover a participação dos cidadãos na mesma.			O conjunto existente de meios de comunicação social é, de uma forma geral, livre e plural e o governo adotou medidas que contribuem para esse efeito. Contudo, existem procupaçãoés significativas no que se refere à sustentabilidade de um sistema de informação diverso e plural, bem como no que respeita à atenção prestada pelos meios de comunicação social à vida cultural e às oportunidade paranel participar.			Existem políticas que garantem o acesso à informação livre e plural, bem como medidas para garantir que a informação é veiculada de forma a promover o direito à participação dos cidadãos na vida cultural. Embora possam existir preocupações ocasionais a respeito da diversidade e do pluralismo dos meios de comunicação social, em geral, o acesso à informação referente à vida cultural não apresenta grandes desafios.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
d) Os meios locais de comunicação social refletem a pluralidade de opiniões, atribuem espaço e relevo à opinião das mulheres e descrevem a diversidade cultural local e internacional.	Não existem meios locais de comunicação social (i.e. com atividade na cidade ou ao nível dos bairros) ou, caso existam, surgem preocupações relativamente ao respectivo pluralismo – por exemplo, prestam uma atenção limitada à diversidade cultural local e internacional e dão pouca importância e espaço à opinião das mulheres. Determinadas organizações da sociedade civil e/ou alguns representantes da administração pública demonstraram preocupações a este respeito e sugeriram a adoção de medidas.			Os meios locais de comunicação social (i.e. os que existem na cidade ou ao nível dos bairros) refletem, de um modo geral, a pluralidade de opiniões que existe na cidade. Contudo, prestam reduzida atenção à diversidade cultural local e internacional, devido à limitação de recursos humanos, técnicos e/ou económicos. Existe um significativo desequilíbrio no que respeita à presença de mulheres nos meios de comunicação social.			Os meios locais de comunicação social (i.e. os que existem na cidade ou ao nível dos bairros) refletem a pluralidade de opiniões, bem como a diversidade cultural e de gênero existente, ao nível local e internacional.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

8. CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO									
e) Existem sistemas de associação entre as universidades, a administração e a sociedade civil para monitorizar, investigar e analisar o desenvolvimento cultural e a respectiva interação com outras áreas do desenvolvimento sustentável.	Não existem sistemas para monitorizar, investigar e analisar o desenvolvimento cultural e a respectiva interação com outras áreas do desenvolvimento sustentável (economia, sociedade, educação, ambiente, etc.).			Foram realizados determinados estudos respeitantes ao desenvolvimento cultural e à respectiva interação com outras áreas do desenvolvimento sustentável (economia, sociedade, educação, ambiente, etc.). Poderão existir determinados sistemas de monitorização, pesquisa e avaliação mas estes não dispõem dos recursos adequados para desenvolver análises regulares, e para garantir que os respectivos resultados sejam utilizados para servir de referência aos debates públicos e a concepção das políticas.			As universidades, a administração e a sociedade civil, em conjunto ou separadamente, a nível local, regional e/ou nacional, criaram sistemas para monitorizar, investigar e analisar o desenvolvimento cultural e a respectiva interação com outras áreas do desenvolvimento sustentável (economia, sociedade, educação, ambiente, etc). O conhecimento consequentemente gerado permite criar uma referência para os debates públicos e para a concepção, implementação e avaliação das políticas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) Os obstáculos ao acesso e à utilização das tecnologias de informação e de comunicação com objetivos culturais são analisados regularmente.	Não foram explicitamente analisados os obstáculos ao acesso e à utilização das tecnologias de informação e de comunicação com objetivos culturais. Determinados representantes ou funcionários da administração pública envolvidos com os espaços e serviços culturais estão conscientes da existência de grandes obstáculos.			Foram ocasionalmente realizados estudos a respeito dos obstáculos ao acesso e à utilização das tecnologias de informação e de comunicação com objetivos culturais e existe uma consciencialização quanto à respectiva existência. Contudo, não existem mecanismos permanentes e os dados tornam-se desatualizados, o que limita a sua utilização eficaz na concepção, implementação e avaliação das políticas.			São regularmente realizados estudos a respeito dos obstáculos ao acesso e à utilização das tecnologias de informação e de comunicação com objetivos culturais. O conhecimento consequentemente gerado contribui para a concepção, implementação e avaliação das políticas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
g) A relação entre os processos culturais de base e a inovação social é analisada regularmente.	Não foi analisada explicitamente a relação entre os processos culturais de base e a inovação social.			Existe um reconhecimento implícito da relação entre os processos culturais de base e a inovação social, a qual é expressa em alguns programas e medidas apoiadas publicamente. Contudo, não existe uma investigação exaustiva desta relação, o que limita a sua integração na estrutura de concepção, implementação e avaliação das políticas.			São regularmente realizados estudos a respeito da relação entre os processos culturais de base e a inovação social. O conhecimento consequentemente gerado contribui para a concepção, implementação e avaliação das políticas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

8. CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO									
h) Existem políticas e programas direcionados para a criação, produção e distribuição digitais, os quais são centrados nos cidadãos e promovem a democracia cultural.	Não existem medidas ou programas, públicos e/ou privados, que visem promover a democracia cultural através da participação dos cidadãos na criação, produção e distribuição digitais. Existe uma tomada de consciência emergente relativamente à necessidade de atualizar as iniciativas de democracia cultural, de modo a que estas venham a integrar a dimensão digital.			Foram desenvolvidas determinadas iniciativas para intensificar a participação dos cidadãos na criação, produção e distribuição digitais e, portanto, para promover a democracia cultural. Na prática, estão em causa iniciativas ocasionais e com um alcance social reduzido.			Existem políticas e programas que visam a promoção da democracia cultural através da participação dos cidadãos na criação, produção e distribuição digitais. São atribuídos recursos adequados a estas medidas, relativamente às quais se provou que contribuíram para ampliar as oportunidades de um leque diversificado e quantitativamente significativo de habitantes.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) As instituições culturais que recebem apoios públicos participam em debates a respeito da informação e do conhecimento e proporcionam um apoio consistente para a valorização da cultura enquanto bem comum.	Em geral, as instituições culturais que recebem apoios públicos não participam em debates a respeito da informação e do conhecimento. Algumas das suas práticas contribuem para a “privatização” do acesso à cultura e o seu reconhecimento enquanto bem comum é limitado. Determinadas organizações da sociedade civil e/ou alguns representantes da administração pública demonstraram preocupações a este respeito e pretendem a adoção de medidas para lidar com a questão.			Determinadas instituições culturais que recebem apoios públicos são ativas em debates a respeito da informação e do conhecimento e proporcionam um apoio consistente, através das suas intervenções e práticas, que permitem a valorização da cultura enquanto bem comum. Contudo, não se trata de uma prática generalizada e existem preocupações relativas às atividades de algumas organizações, no que respeita ao reconhecimento da cultura como um bem comum.			As instituições culturais que recebem apoios públicos participam em debates a respeito da informação e do conhecimento e proporcionam um apoio consistente, através das suas intervenções e práticas, que permitem a valorização da cultura enquanto bem comum.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
j) Existe formação, ou são desenvolvidas atividades, para aumentar a consciencialização dos profissionais da cultura no que respeita às implicações sociais, económicas e culturais, das formas existentes e emergentes de acesso e reprodução cultural, tais como <i>copyright</i> , <i>copyleft</i> , e <i>software</i> livre.	Não existe formação nem foram desenvolvidas atividades para aumentar a consciencialização dos profissionais da cultura no que respeita às implicações sociais, económicas e culturais, das formas existentes e emergentes de acesso e reprodução cultural, tais como <i>copyright</i> , <i>copyleft</i> , e <i>software</i> livre.			Foram organizadas determinadas ações de formação e/ou atividades, de pequena escala, para aumentar a consciencialização dos profissionais da cultura no que respeita às implicações sociais, económicas e culturais, das formas existentes e emergentes de acesso e reprodução cultural, tais como <i>copyright</i> , <i>copyleft</i> , e <i>software</i> livre. Existe uma percepção generalizada de que é necessário obter conhecimento adicional relativamente a estas questões.			Existe formação e são desenvolvidas atividades para aumentar a consciencialização dos profissionais da cultura no que respeita às implicações sociais, económicas e culturais, das formas existentes e emergentes de acesso e reprodução cultural, tais como <i>copyright</i> , <i>copyleft</i> , e <i>software</i> livre. Existem determinadas organizações e/ou pessoas com reconhecida competência nesta matéria que interagem regularmente com os agentes do setor cultural.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

8. CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO									
k) Existem programas e políticas que permitem que as pessoas com atividade no setor cultural participem em redes internacionais de cooperação.	Não existem programas e políticas que permitam que as pessoas com atividade no setor cultural participem em redes internacionais de cooperação, nem outros mecanismos gerais que possam proporcionar apoios neste âmbito. Em consequência, existem dificuldades significativas em relação às oportunidades para uma participação ativa dos agentes culturais em redes internacionais.			Existem alguns recursos mas não há políticas nem programas permanentes que proporcionem às pessoas com atividade no setor cultural oportunidades para participarem em redes internacionais de cooperação. Determinados agentes culturais com maior visibilidade obtiveram apoios ocasionais para participarem em eventos ou atividades desenvolvidos por redes internacionais de cooperação.			Existem programas e políticas que permitem que as pessoas com atividade no setor cultural participem em redes internacionais de cooperação. São alocados recursos adequados a estas medidas, que já demonstraram a sua eficácia na promoção de uma participação ativa dos agentes culturais em redes internacionais de cooperação.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?									
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na “Cultura 21: Ações”?									

9. GOVERNANÇA DA CULTURA									
AÇÃO	ESTÁGIO EMERGENTE			ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO			ESTÁGIO AVANÇADO		
a) A administração local implementa uma política cultural baseada na Agenda 21 para a Cultura e na Cultura 21: Ações; associando as iniciativas públicas, civis e privadas para a realização de projetos conjuntos.	Apenas alguns agentes conhecem a Agenda 21 para a Cultura. É difícil discernir o respectivo impacto nas políticas culturais locais.			A administração local adotou formalmente a Agenda 21 para a Cultura e a maioria dos agentes públicos, privados e civis com atividade na vida cultural tem algum conhecimento deste documento. Contudo, a Agenda 21 para a Cultura e a Cultura 21: Ações ainda não têm um impacto visível na forma como são concebidas e implementadas as políticas culturais.			A administração local adotou formalmente a Agenda 21 para a Cultura como documento orientador das suas políticas. A Agenda 21 para a Cultura e a Cultura 21: Ações são utilizados para formatar as políticas culturais; estes documentos são conhecidos pela maioria dos agentes públicos, privados e civis com atividade na vida cultural, os quais se encontram associados através de quadros adequados de discussão e de governança. Existe um projeto de desenvolvimento global concebido de uma forma participativa pelos cidadãos e agentes locais, que expressa a visão comum para o futuro da cidade e que envolve todos os setores e agentes da sociedade.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
b) A administração local promove o planeamento cultural ao nível dos bairros e das freguesias.	Não existem planos ou estratégias culturais que definam as prioridades para as políticas culturais, quer ao nível da cidade, quer ao nível dos bairros e das freguesias			Foram ocasionalmente adotados planos ou estratégias culturais quer ao nível da cidade, quer ao nível dos bairros e das freguesias, ou de outras zonas que façam parte da cidade. Contudo, estes instrumentos não são aplicados de uma forma sistemática e permanente.			A administração local promove a adoção de planos ou estratégias culturais ao nível da cidade, bem como, se for o caso, ao nível dos bairros, zonas e freguesias. A concepção , a implementação e a monitorização destes planos envolve mecanismos de participação ativa abertos aos cidadãos.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
c) A administração local cria fóruns públicos com o objetivo de orientar a política cultural local, designadamente através de conselhos locais da cultura, que incorporam participações públicas, privadas e da sociedade civil. p society participation.	Não existem fóruns participativos que tratem de questões em relação às políticas culturais locais. Contudo, existe uma vontade incipiente de corrigir esta lacuna e de criar espaços permanentes ou ocasionais de consulta e deliberação.			A administração local já organizou determinados encontros participativos para debater questões em relação às políticas culturais locais mas não existe um espaço permanente ou regular que associe os diferentes agentes públicos, privados e da sociedade civil e lhes permita lidar com estas questões.			Existem fóruns participativos, como por exemplo conselhos locais da cultura, que incorporam com regularidade as participações de agentes públicos, privados e da sociedade civil, que visam debater, planear e/ou avaliar diversos aspetos em relação às políticas culturais locais.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

9. GOVERNANÇA DA CULTURA									
d) Os projetos públicos geram fóruns permanentes para a consulta, negociação e regulação de objetivos e métodos, com a participação de todas as partes envolvidas, que deverão caracterizar-se pela clareza e pelas dinâmicas da reflexibilidade.	A maioria dos projetos públicos no âmbito cultural é desenvolvida sem existir diálogo com os cidadãos, ou com outros agentes civis ou privados, afetados pelos projetos em causa. Existe uma crescente consciencialização da necessidade de preencher esta lacuna.			Existem alguns espaços de debate e diálogo em torno de determinados projetos no âmbito cultural (v.g. eventos principais). Contudo, esta situação não se verifica em todos os casos e existe uma consciência da necessidade de melhorar as oportunidades que existem para deliberação em conjunto.			A elaboração, a implementação e a monitorização dos projetos públicos no âmbito cultural é apoiada por espaços que promovem o diálogo e a negociação com os cidadãos e outros envolvidos relevantes.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
e) As instituições culturais que recebem apoios públicos são transparentes, responsáveis e avaliam os serviços públicos que prestam; os cidadãos estão representados nos seus órgãos.	Em geral, as instituições culturais que recebem apoios públicos não são responsáveis, nem responsabilizadas e não avaliam os serviços públicos que prestam. Os órgãos ou modelos de gestão destas instituições não incluem a participação dos cidadãos.			Determinadas instituições culturais que recebem apoios públicos são responsáveis e responsabilizadas, por exemplo, através de relatórios públicos anuais, e avaliam, de forma ocasional ou sistemática, os serviços públicos que prestam. Os órgãos de determinadas instituições culturais incluem a participação dos cidadãos ou de organizações da sociedade civil. Contudo, estas medidas não se aplicam a todas as instituições culturais.			As instituições culturais que recebem apoios públicos são transparentes, responsáveis e responsabilizadas e avaliam os serviços públicos que prestam através de relatórios públicos anuais ou de outros métodos. Os respectivos órgãos incluem a participação dos cidadãos ou de organizações da sociedade civil. Estas medidas são promovidas pela administração local.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
f) Os programas e as instituições culturais que recebem apoios públicos desenvolvem e aplicam na prática a igualdade de géneros.	Não foram integradas quaisquer reflexões relativas à igualdade entre os géneros nos programas e nas instituições culturais. Contudo, alguns representantes da administração local ou agentes da sociedade civil estão cientes desta lacuna e manifestaram o propósito de lidar com esta questão.			Determinados programas e instituições culturais que recebem apoios públicos desenvolvem a promoção da igualdade de géneros nas suas práticas e adotam estratégias e orientações neste âmbito. Contudo, não se trata de uma prática generalizada em todas as instituições culturais.			Os programas e as instituições que recebem apoios públicos desenvolvem e praticam a igualdade de géneros, quer por iniciativa própria, quer em consequência dos requisitos para o apoio público que recebem. Esta situação reflete-se na sua estratégia, em medidas específicas e, se for o caso, na existência de formação, de esquemas de avaliação e em medidas de aumento da consciencialização.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

9. GOVERNANÇA DA CULTURA									
g) As políticas e os programas funcionam de forma a apoiar a participação dos cidadãos na gestão das instituições, programas e eventos culturais.	A participação dos cidadãos na gestão das instituições, programas e eventos culturais, seja diretamente ou através de organizações da sociedade civil, não se inclui entre as prioridades ou objetivos das políticas culturais locais. Os representantes da administração pública e determinadas organizações da sociedade civil discutem acerca da necessidade de iniciar um debate sobre estas questões.			Determinadas instituições, programas e eventos culturais, promoveram a participação dos cidadãos na respectiva gestão, diretamente ou através de organizações da sociedade civil. Contudo, não existem prioridades explícitas nesta matéria e as referidas iniciativas não podem ser extrapoladas para outros casos.			As prioridades e os objetivos da administração local incluem a participação dos cidadãos na gestão das instituições, programas e eventos culturais, o que se traduz na existência de medidas e políticas específicas.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
h) A administração local reconhece e apoia as práticas de gestão representativas da cultura local e desenvolve práticas de gestão específicas e adequadas à gestão de bens comuns.	Existem poucos mecanismos que permitam à administração local apoiar iniciativas de cidadãos, incluindo as que são representativas da cultura local e que se manifestam através da gestão de bens comuns.			Existe algum reconhecimento do valor das práticas de gestão representativas da cultura local e que se manifestam através da gestão de bens comuns. Contudo, a administração local tem uma capacidade limitada para apoiar este tipo de iniciativas; existe a consciência da necessidade de aumentar a consciencialização para estas questões e da necessidade de conceber ferramentas de apoio mais adequadas.			A administração local é especialmente sensível, reconhece e apoia as práticas de gestão que são representativas da cultura local e que se manifestam através da gestão de bens comuns.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
i) Existe uma plataforma independente da sociedade civil, ou uma rede de organizações da sociedade civil, que inclui cidadãos e profissionais de todos os setores da cultura.	As organizações da sociedade civil com atividade no âmbito da cultura são fracas e raramente interagem entre si.			Existe uma colaboração ocasional entre as organizações da sociedade civil com atividade no âmbito da cultura ou existe uma plataforma ou rede que associa os agentes de determinados setores e atividades. Contudo, não existe uma plataforma alargada que associe todos os agentes e que se encontre e atue conjuntamente numa base regular.			Existe uma plataforma independente da sociedade civil, ou uma rede de organizações da sociedade civil, que inclui cidadãos e profissionais de todos os setores da cultura, que tem encontros e age conjuntamente numa base regular.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

9. GOVERNANÇA DA CULTURA									
j) Existem medidas, como por exemplo programas de formação no âmbito da cultura, que contribuem para reforçar as capacidades das ONGs, as associações comerciais, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil que contribuem para a vida cultural.	Não existem quaisquer medidas que permitam à administração local contribuir para o reforço das capacidades das ONGs, das associações comerciais, dos sindicatos e de outras organizações da sociedade civil que contribuem para a vida cultural. Foi ocasionalmente debatida a necessidade e a exequibilidade da criação de medidas deste tipo.			Determinadas ONGs, associações comerciais, sindicatos ou outras organizações da sociedade civil que contribuem para a vida cultural obtiveram apoios ocasionais ou tiveram a oportunidade de aproveitar mecanismos de apoio, públicos e/ou privados, para implementar medidas de reforço da capacitação institucional ou de desenvolvimento institucional. Existe a percepção de que os instrumentos neste âmbito devem ser melhorados.			Existem medidas, como por exemplo programas de formação, de assistência técnica ou de apoios em géneros, que apoiam as ONGs, as associações comerciais, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil que contribuem para a vida cultural. Não se identificam problemas ou conflitos relevantes neste âmbito.		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
k) Estão implementados enquadramentos que alocam responsabilidades e que fomentam a colaboração respeitante a políticas culturais entre os governos local, regional, e nacional.	Não existe uma distribuição clara das competências referentes à política cultural entre os diferentes níveis de governo, nem mecanismos que permitam o diálogo nestas matérias.			Existe uma distribuição clara das competências referentes à política cultural entre os diferentes níveis de governo. Ocasionalmente, ou com maior regularidade no caso de determinados níveis de governo, foram realizados encontros que permitem a resolução de potenciais conflitos e a colaboração em projetos comuns. Contudo, a colaboração existente no desenvolvimento de políticas culturais é geralmente reduzida.			Existe um regramento permanente (v.g. acordos quadro de colaboração, conferências nacionais, grupos de trabalho, etc.) para distribuição de responsabilidades e/ou colaboração na política cultural entre as autoridades locais, regionais (ou provinciais, estaduais, conforme o caso) e as autoridades nacionais (ou federais), que permitem uma clara distribuição das competências, bem como a existência de espaços de colaboração e de resolução		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Identifique, por favor, uma experiência que possa ser considerada uma “boa prática” nesta matéria:									
Que medidas poderiam ser adotadas para abordar as debilidades identificadas nesta matéria?									
Existem outras questões relevantes para a sua cidade que não tenham sido contempladas na									

A Comissão para a Cultura da CGLU pretende expressar a sua sentida gratidão às cidades que aplicam a “Cultura 21: Ações” como uma ferramenta de autoavaliação e de aperfeiçoamento das suas políticas culturais.

A Comissão para a Cultura da CGLU utiliza a “Cultura 21: Ações” para reforçar a cooperação entre cidades, para fomentar o intercâmbio de experiências e para promover uma verdadeira “comunidade de práticas” internacional.

A Comissão para a Cultura da CGLU trabalha em conjunto com as suas cidades líder e as suas cidades piloto, fornecendo assistência técnica para a autoavaliação, em intercâmbios de aprendizagem entre pares, na elaboração de “boas práticas” e na participação destas cidades em debates globais sobre cultura e sustentabilidade.

A Comissão para a Cultura da CGLU organiza uma Cimeira Bienal da Cultura para juntar as pessoas, para fomentar o intercâmbio, para atualizar a agenda e para relatar publicamente os progressos desenvolvidos através da sua rede.

A Comissão para a Cultura da CGLU está empenhada no aperfeiçoamento desde guia, pelo que agradece todas as críticas, sugestões e comentários feitos no interesse da permanente atualização deste documento.

A Comissão para a Cultura da CGLU é copresidida por Buenos Aires y la Ciudad de México y vicepresidida por Angers, Barcelona, Belo Horizonte, Bilbao, Bogotá, Jeju, Milano, Paris y Porto Alegre.

